



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL

PROPOSIÇÃO - VETO N.º 039/11

OF/CT/CC nº 1249/2012

Curitiba, 07 de maio de 2012

F12-02

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 14 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 10/05/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 057/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetel, parcialmente, o Projeto de Lei nº 039/2011, por considerar a parte vetada Inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 039/11, de iniciativa parlamentar, tem por escopo estabelecer a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo. Em sua justificativa, sustenta os benefícios gerados pelo cooperativismo, mormente a valorização da pessoa humana, a democracia, bem como o desenvolvimento econômico e social.

Em que pese a nobre intenção dos Deputados, esta não pode se dar de forma a usurpar competências e sacrificar conceitos disciplinados na Constituição Estadual e Federal, bem como as leis que regulamentam a matéria.

O inciso X do art. 2º do projeto em comento adentra na seara do direito civil e direito comercial, matérias de competência reservada à União, conforme dispõe o art. 22, I da Constituição da República. Vejamos:

Art. 22. Compete privativamente à União legislar sobre:

I - direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho; (grifo nosso)

Ainda, no plano infraconstitucional, a Lei Federal nº 5.764/71, alterada pela Lei nº 6.981/82, bem como o Codex Civil, traçam o regime jurídico das sociedades cooperativas. Estas surgem por um contrato de sociedade celebrado entre pessoas que, reciprocamente, se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem ter como objetivo o lucro.

Sendo assim, por se tratar de matéria de competência privativa da União, o inciso X do art. 2º deve ser vetado.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL
ProL nº 11.925.741-9



No que tange ao art. 3º da proposição em análise, insofismável a invasão de competência frente a União, uma vez que o referido artigo vem de encontro com o disposto no Inciso XXIV do art. 22 da Carta Magna, o qual dispõe que *"Compete privativamente à União legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional"*.

Ademais, a Constituição do Estadual, em seu art. 66, elenca os casos em que o processo legislante é deflagrado pelo Chefe do Poder Executivo. Vejamos:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, função ou empregos públicos na administração direta e autárquica do Poder Executivo ou aumento de sua remuneração;

II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria, reforma e transferência de policiais militares para a reserva;

III - organização da Defensoria Pública do Estado e das Polícias Civil e Militar;

IV - criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública. (Grifo nosso)

Assim, da simples leitura do art. 66, IV da Constituição Estadual, torna-se clarividente que a competência para legislar acerca das atribuições das Secretarias de Estado é de competência privativa do Governador do Estado. Não pode o legislador estadual dispor sobre o Sistema Estadual de Ensino, atribuição da Secretaria de Estado da Educação, sob pena de violação do princípio basilar de nosso ordenamento jurídico, qual seja, da Separação dos Poderes, imortalizado por Montesquieu em sua obra "O Espírito das Leis" e transcrito no art. 2º de nossa Carta Magna, a saber:

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Desta forma, diante da inconstitucionalidade formal apresentada e o maferimento do art. 22, XXIV da Constituição Federal, o art. 3º deve ser vetado em sua integralidade.

Quanto ao art. 5º do projeto de Lei, este é inconstitucional por ferir o art. 10 da Constituição Estadual, que assim dispõe:

Art. 10º Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.



Parágrafo único. A alienação, a título oneroso, de bens imóveis do Estado dependerá de autorização prévia da Assembleia Legislativa e será precedida de concorrência pública, a qual será dispensada quando o adquirente for uma das pessoas jurídicas de direito público interno, referidas neste artigo, ou para fins de assentamentos de caráter social.

As cooperativas tem caráter privado e, portanto, estão fora do núcleo normativo previsto no art. 10 da Constituição Estadual, seja para transferência de titularidade de bens imóveis a título oneroso ou gratuito. Quando o projeto de Lei prevê a possibilidade de venda, doação e comodato às cooperativas, viola frontalmente o texto constitucional estadual.

Já o art. 6º do projeto de Lei adentra em matéria submetida às regras licitatórias, encerra conceitos que conflitam com o regramento federal e estabelecem privilégios, sem respaldo na Lei reguladora.

Assim, do que se expôs, o artigo suso citado versa sobre matéria de competência privativa da União e, por esse vício intransponível, deve ser vetado.

Por fim, o art. 7º do Projeto de Lei em comento estabelece o seguinte dispositivo:

Art. 7º. Fica constituído o Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e seu modelo de organização social.

O artigo supracitado é Inconstitucional por vício de iniciativa, bem como inócuo juridicamente nos termos apresentados. Parecer de nº 82/2003 – PGE, da lavra do Dr. Miguel Ramos Campos, Procurador do Estado do Paraná, é adequado ao esclarecimento que se pretende oferecer:

"Para se gerir o Fundo, para lhe dar substância e função, o Fundo não pode ser deixado ao seu próprio alvedrio. O Fundo, sem estruturas que o encorrem e administrem, sem órgãos específicos que o gerenciem e cuidem para que seus fins específicos sejam atendidos de acordo com a Lei, é mera peça de ficção jurídica, quando não de poesia legislativa. Quem cria um Fundo, cria uma função na estrutura do Executivo."

Ainda, conclui o Dr. Miguel Campos, naquele caso estudado, que pouco difere da inadequação da norma ora analisada:

"Assim, claro está que não se pode dispor sobre Fundos Orçamentários sem o fazer em norma que disponha sobre a pertinência do dispositivo contábil na estrutura da Administração. Em outras palavras, a norma que constitui Fundo Orçamentário é norma de estrutura do Poder Executivo, e como tal, norma de iniciativa do Poder Executivo(...)"

Sendo assim, o art. 7º deve ser vetado em virtude da inconstitucionalidade formal subjetiva apresentada. Ademais, a propositura



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



como trazida no texto aprovado não tem qualquer aplicação prática, pois, despenda dos contornos necessários à criação de um Fundo Especial, nos termos da Lei nº 4.320/64, recepcionada como Lei Complementar, ante os termos do art. 165, §9º, II da Constituição Federal.

Isto posto, esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o Projeto de Lei em epígrafe, tendo o veto parcial incidindo sobre o Inciso X, do art. 2º, bem como os artigos 3º, 5º, 6º e 7º, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Lei nº. 17142



Data 07 de maio

Súmula Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

A Assembleia Legislativa do Estado Do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado do Paraná exercerá, na forma da lei, as funções de incentivo e planejamento, apoiando e estimulando o cooperativismo e desenvolvendo mecanismos para facilitar a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I – apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista, com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade, com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo nas Secretarias pertinentes do Governo;

II – estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;

III – estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando à mudança de parâmetros de organização de todos os ramos do cooperativismo, especialmente da produção, do consumo, do trabalho, da saúde e do crédito;

IV – divulgar as políticas governamentais para o setor, articulando processos que

permitam debate e construção de estratégias, através da constituição de Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativistas do modelo tradicional, solidário e Secretarias do Governo;

V – propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados nas cooperativas, apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização;

VI – fomentar o desenvolvimento e autogestão de todos os ramos das cooperativas, especialmente do ramo do trabalho, legalmente constituídas, nos termos de sua legislação vigente;

VII – estimular a formação de cooperativas de servidores públicos municipais, apoiando técnica e operacionalmente sua formação e seu desenvolvimento, especialmente cooperativas de crédito e de consumo;

VIII – estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, que não pode resultar em tributação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

IX – estimular a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas, regulamentando as obrigações legais, de modo que não resulte tratamento mais gravoso aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquele decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

X – ...Vetado...;

XI – firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas.

§ 1º O desenvolvimento da presente política, não implicará em intervenção estadual, mas em fortalecimento das cooperativas e na manutenção de sua autonomia.

§ 2º Os objetivos das cooperativas serão definidos em seus respectivos estatutos e sua estruturação legal segue integralmente a legislação federal pertinente.

§ 3º Incentivo à criação e manutenção das cooperativas do ramo infraestrutura, especialmente desenvolvendo políticas de geração de energia, inclusive sustentáveis, vedando a criação de ônus ao seu funcionamento.

§ 4º As políticas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária realizada através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem



desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento.

§ 5º O Estado do Paraná desenvolverá programas, através da Agência de Fomento, com a finalidade de capitalizar as cooperativas.

§ 6º A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações e cooperativas.

Art. 3º ...Vetado...

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º ...Vetado...

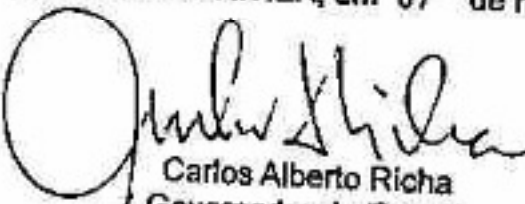
Art. 6º ...Vetado...

Art. 7º ...Vetado...

Art. 8º Fica considerada sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, aquela devidamente registrada na Junta Comercial, nos órgãos públicos e entidades previstas nas legislações federal e estadual pertinentes.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

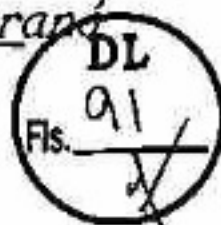
PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 07 de maio de 2012.


Carlos Alberto Richa
Governador do Estado

Norberto Anacleto Ortigara
Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento

Durval Amaral
Chefe da Casa Civil

Pedro Lupion
Deputado Estadual



Projeto de Lei nº 039/11

(Autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion)

Estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

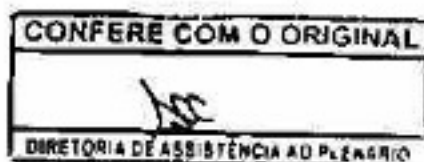
Art. 1º A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo terá como finalidade o conjunto de atividades exercidas pelo Poder Público e Privado, que venham a beneficiar direta ou indiretamente todos os ramos do setor cooperativista na promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural, reconhecido seu interesse público, nos termos do art. 148 da Constituição do Estado do Paraná.

Parágrafo único. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado do Paraná exercerá, na forma da lei, as funções de incentivo e planejamento, apoiando e estimulando o cooperativismo e desenvolvendo mecanismos para facilitar a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas.

Art. 2º São objetivos da Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo:

I – apoiar técnica, financeira e operacionalmente o cooperativismo no Estado do Paraná, promovendo, quando couber, parceria operacional para o desenvolvimento do sistema cooperativista, com destaque para apoio às ações que promovam aprimoramento dos modelos organizacionais, principalmente em ações de inclusão social e desenvolvimento com bases sustentáveis e autônomas para os diversos setores da sociedade, com constituição de Departamento ou Coordenação de Cooperativismo nas Secretarias pertinentes do Governo;

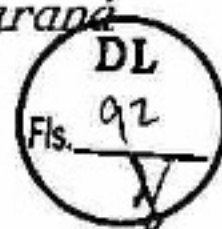
II – estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação, com base nos princípios gerais do cooperativismo e da legislação vigente;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.2.

III – estimular a inclusão do estudo do cooperativismo nas escolas, visando à mudança de parâmetros de organização de todos os ramos do cooperativismo, especialmente da produção, do consumo, do trabalho, da saúde e do crédito;

IV – divulgar as políticas governamentais para o setor, articulando processos que permitam debate e construção de estratégias, através da constituição de Conselho Estadual do Cooperativismo, com presença das organizações cooperativistas do modelo tradicional, solidário e Secretarias do Governo;

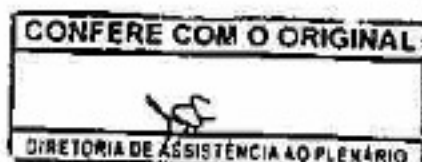
V – propiciar maior capacitação dos cidadãos pretendentes ou já associados nas cooperativas, apoiando a elaboração e constituição do programa estadual de apoio ao cooperativismo, fundamentado nos debates do Conselho Estadual do Cooperativismo e em estratégias que permitam ações de formação e aprimoramento deste modelo de organização;

VI – fomentar o desenvolvimento e autogestão de todos os ramos das cooperativas, especialmente do ramo do trabalho, legalmente constituídas, nos termos de sua legislação vigente;

VII – estimular a formação de cooperativas de servidores públicos municipais, apoiando técnica e operacionalmente sua formação e seu desenvolvimento, especialmente cooperativas de crédito e de consumo;

VIII – estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo, que não pode resultar em tributação mais gravosa aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquela decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;

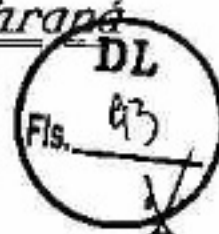
IX – estimular a criação, manutenção e desenvolvimento das cooperativas, regulamentando as obrigações legais, de modo que não resulte tratamento mais gravoso aos cooperados, pessoas físicas ou jurídicas, do que aquele decorrente das atividades ou operações realizadas por conta própria sem interveniência da cooperativa;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.3.

X – legislar regulando o fato de que as sociedades cooperativas possuem sistema operacional próprio, com registros de demonstrações contábeis disciplinadas em legislação especial;

XI – firmar, quando recomendável, convênios com cooperativas.

§ 1º O desenvolvimento da presente política, não implicará em intervenção estadual, mas em fortalecimento das cooperativas e na manutenção de sua autonomia.

§ 2º Os objetivos das cooperativas serão definidos em seus respectivos estatutos e sua estruturação legal segue integralmente a legislação federal pertinente.

§ 3º Incentivo à criação e manutenção das cooperativas do ramo infraestrutura, especialmente desenvolvendo políticas de geração de energia, inclusive sustentáveis, vedando a criação de ônus ao seu funcionamento.

§ 4º As políticas priorizarão as ações técnicas voltadas à agropecuária realizada através de associações e cooperativas e deverão contemplar demandas a serem desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura e do Abastecimento.

§ 5º O Estado do Paraná desenvolverá programas, através da Agência de Fomento, com a finalidade de capitalizar as cooperativas.

§ 6º A critério do Poder Executivo, este facilitará linhas de financiamento dirigidas à agricultura através de associações e cooperativas.

Art. 3º O sistema estadual de ensino incentivará o cooperativismo por meio:

I – da inclusão na grade curricular do ensino da disciplina do cooperativismo nas escolas da rede estadual;





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 039/11

fls.4.

II - do fomento ao desenvolvimento das cooperativas escolares, constituídas de alunos de instituições de ensino estaduais, nos termos do art. 19 da Lei nº 5.764/71, para aprendizagem na prática dos valores do cooperativismo;

III - das práticas pedagógicas com fins cooperativistas;

IV - da utilização dos estabelecimentos públicos estaduais de ensino pelas sociedades cooperativistas para fins de programações em comum.

Art. 4º Nas licitações promovidas pelo Poder Público do Estado do Paraná, para prestação de serviços, obras, compras, publicidade, alienações e locações, participarão as cooperativas legalmente constituídas.

Art. 5º Fica a critério do Poder Executivo, por sua iniciativa ou por provocação, conceder em comodato, alienação por venda, ou doação, às cooperativas de todos os ramos, bens imóveis do Estado, com a devida autorização do Poder Legislativo.

Art. 6º O Poder Público Estadual, quando recomendável para atender às demandas de seu funcionalismo, estabelecerá convênios operacionais com as cooperativas de crédito, buscando a agilização do acesso ao crédito ao setor e da prestação de serviços, especialmente quanto à arrecadação de tributos e ao pagamento de vencimentos, salários e outros proventos dos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e dos pensionistas da Administração Direta e Indireta, por opção destes, sem prejuízo do estabelecido na Lei Estadual nº 15.375/07.

Art. 7º Fica constituído o Fundo Estadual de Apoio ao Cooperativismo, com recursos para infraestrutura e custeio, com foco na estruturação dos empreendimentos e formação cooperativista, gerando melhores condições de expansão do sistema e seu modelo de organização social e econômica, proporcionando desenvolvimento local e regional.

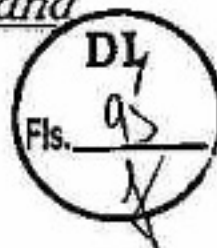
Art. 8º Fica considerada sociedade cooperativa, para efeitos desta Lei, aquela devidamente registrada na Junta Comercial, nos órgãos públicos e entidades previstas nas legislações federal e estadual pertinentes.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Antônio Khury



Projeto de Lei nº 039/11

Da.5.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 16 de abril de 2012.

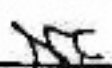
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente

Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário

Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário

RCM/TC/TSO/SMH

CONFERE COM O ORIGINAL


DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Projeto de Lei nº 039/11

Fls. 6.

JUSTIFICATIVA

A cooperação existe desde os primórdios de nossa história e sempre se fez presente na vida humana. A ideia de auxílio mútuo entre os homens serviu e contribuiu para que estes, juntos, vencessem obstáculos que sozinhos certamente não conseguiria vencer.

A essência do cooperativismo pode ser assim definida: a cooperação como forma de organização para a solução dos problemas econômicos e sociais do homem. O cooperativismo tem nas cooperativas a forma de organização social e econômica dos associados, que se tornam, por meio dela, empreendedores cooperados.

O termo "cooperação" deriva etimologicamente da palavra latina "cooperare", formada por "cum" (com) e "operare" (trabalhar), e significa agir simultânea ou coletivamente para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum, para o êxito de um mesmo propósito.

Não há dúvida de que o cooperativismo é um dos caminhos viáveis para se chegar ao desenvolvimento. Na Europa, mais de 45% da população é cooperativa, e, nos Estados Unidos, 35%, enquanto no Brasil são apenas 5%. A dificuldade de crescimento do setor envolve a combinação perversa entre a falta de investimentos em educação, o que naturalmente estimula a cooperação e o não reconhecimento dos Poderes Públicos à especificidade do cooperativismo.

Um exemplo dessa dificuldade está demonstrado no compromisso da Administração Pública em geral de não mais contratar cooperativas e não possibilitar sua participação em processos de licitações. Diante desta situação, as cooperativas são obrigadas a recorrer ao Poder Judiciário para garantir os princípios constitucionais da legalidade e da igualdade.

A cooperativa como empreendimento econômico que busca a melhoria do social deve obter dos Poderes Públicos um tratamento adequado às suas especificidades, conforme explicita a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

CONFERE COM O ORIGINAL

DIRETORIA DE ASSISTÊNCIA AO PLENÁRIO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

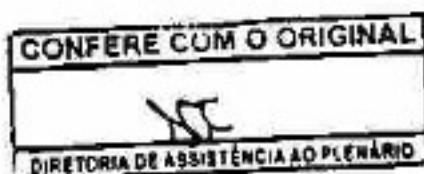


Projeto de Lei nº 039/11

fls. 7.

O cooperativismo é uma doutrina que propaga o empreendedorismo, a valorização da pessoa humana, a democracia, o desenvolvimento social e econômico. Em nossa sociedade precisamos criar alternativas de organização social que propiciem a geração de trabalho e renda para as pessoas. Levando-se em conta que o cooperativismo é dotado de valores e princípios democráticos e de igualdade, podemos considerar que o ensino do cooperativismo nas escolas pode refletir na formação de pessoas com mais consciência crítica, valores democráticos e que sejam, acima de tudo, empreendedoras.

Diante do número de cooperativas e cooperados existentes no Paraná e do potencial de criação de novos empreendimentos, é imprescindível que o Poder Público adote uma política de apoio ao cooperativismo, portanto, solicitamos o apoio dos Nobres Pares desta Casa de Leis para que este projeto seja aprovado.





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 025/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 025/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1249/12

SÚMULA: Veta parcialmente o Projeto de Lei nº 039/2011, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo.

EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei nº 039/11, de autoria dos Deputados Ney Leprevost e Pedro Lupion que, estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, tendo sido parcialmente vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerar a parte vetada Inconstitucional.

FUNDAMENTAÇÃO

De Início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei Inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescenda, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 039/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 19 de abril de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 025/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 07 de maio de 2012, sendo desta maneira tempestiva.

Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi oposto tempestivamente, respeitando o prazo legal.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça


DL
Fls. 14
8

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO TADEU VENERI
RELATOR



OF/CTL/CC nº 1275 /2012

Curitiba, 16 de maio de 2012

Fls. 02/03

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO A D.L.

Em, 22 MAIO 2012

1º Secretário

Senhor Presidente,

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências,

Em, 17/05/2012

Presidente

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 067/2012-DAP/SA, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, Inciso VII, combinado com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetel o Projeto de Lei nº 208/2011, por considerá-lo inconstitucional, pelos motivos a seguir expostos.

O Projeto de Lei nº 208/2011, de iniciativa parlamentar, tem por escopo regulamentar e autorizar os eventos de Artes Marciais Misturadas, no âmbito de nosso Estado, a fim de trazer mais segurança para os participantes e o público.

No que concerne aos arts. 1º, 2º e seu parágrafo único, 4º e seu parágrafo único, e por fim, o art. 5º e seu parágrafo único, nada obsta quanto à sua constitucionalidade e legalidade.

Ainda, considerando o disposto legal na Lei Federal nº 10.671/2003 – Estatuto do Torcedor, entende-se que os artigos supracitados do referido Projeto de Lei estão em consonância com aquela, que tem como objeto inicial o estabelecimento de norma para proteção e defesa do torcedor.

Entretanto, no que tange ao disposto nos arts. 3º e seu parágrafo único, 6º e seu parágrafo único, 7º e seu parágrafo único e finalmente, o art. 8º do referido Projeto de Lei, verifica-se que estes se encontram elvados de vício de inconstitucionalidade formal, também chamado de vício de iniciativa.

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado
N/CAPITAL

AJS/ProLnº 11.353.750-0

14113 22/05/2012 08:29:11 Nº 0300112 URGÊNCIA 30 PÁGINAS



Dispõe os arts. 3º, 6º e 7º:

*Art. 3º Os interessados em realizar os eventos de que trata esta Lei deverão solicitar a respectiva autorização à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias úteis, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) contrato social e suas alterações;
- b) CNPJ emitido pela Receita Federal;
- c) comprovante de tratamento acústico nas hipóteses do evento ser realizado em ambiente fechado;
- d) Atestado de Responsabilidade Técnica - ART, das instalações de infraestrutura do evento, expedido pela autoridade municipal local;
- e) contrato da empresa de segurança autorizada a funcionar pela Polícia Federal, encarregada pela segurança interna do evento;
- f) comprovante de instalação de detectores de metal;
- g) comprovante de previsão de atendimento médico de emergência com, no mínimo, um médico socorrista, um enfermeiro e um técnico de enfermagem;
- h) nada opor da Delegacia Policial, do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, todos da área do evento, e do Juizado de Menores da respectiva Comarca.

Parágrafo único. O pedido de autorização para a realização do evento deverá informar:

- I - expectativa de público;
- II - em caso de venda de ingressos, o número colocado à disposição;
- III - nome do responsável pelo evento;
- IV - área para estacionamento, de maneira a não atrapalhar o trânsito das vias públicas, bem como a sua capacidade;
- V - previsão de horário de início e término." (grifo nosso)

*art. 6º. a regulamentação da presente Lei disporá sobre o órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública responsável pela fiscalização e atuação nos casos de descumprimento dos preceitos desta Lei.

Parágrafo único. O órgão de fiscalização deverá cumprir o disposto nesta Lei e adotar as providências necessárias para inibir a prática de qualquer infração penal durante a realização do evento". (grifo nosso)

*art. 7º. o descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções cíveis e penais cabíveis;

- I - suspensão do evento;
- II - interdição do local do evento;
- III - multa no valor de 10.000 UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).

Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a natureza e gravidade da infração." (grifo nosso)

Conforme consta dos artigos suso mencionados, insofismável que o Projeto de Lei pretende criar, mediante iniciativa parlamentar, nova atribuição à uma Secretaria de Estado, o que foge à esfera da competência legiferante dos membros daquela Casa de Leis do Estado do Paraná, sendo de iniciativa privativa do Governador do Estado, nos termos do art. 66, IV da Constituição Estadual:



"Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública". (grifo nosso)

Federal:

Nesta mesma esteira, a posição do Supremo Tribunal

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MEDIDA CAUTELAR. ORGANIZAÇÃO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. COMPETÊNCIA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VÍCIO DE INICIATIVA. 1. Compete privativamente ao Governador do Estado, pelo princípio da simetria, a direção superior da administração estadual, bem como a iniciativa para propor projetos de lei que visem criação, estruturação e atribuições das Secretarias e órgãos da administração pública (CF, artigos 84, II e IV e 61, § 1º, II, e). 2. Hipótese em que o projeto de iniciativa parlamentar, transformado em lei, apresenta vício insanável caracterizado pela invasão de competência reservada ao Poder Executivo pela Constituição Federal. Medida cautelar deferida. (ADI 2648 MC / SP - SÃO PAULO MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Relator(a): Min. MAURÍCIO CORRÊA Julgamento: 01/07/2002, Órgão Julgador: Tribunal Pleno). (Grifo nosso)

Saliente-se que a sanção do Chefe do Poder Executivo eventualmente aposta à proposição não sana o vício de origem. Corrobora deste entendimento o Supremo Tribunal Federal:

"A sanção do projeto de lei não convalida o vício de inconstitucionalidade resultante da usurpação do poder de iniciativa. A ulterior aquiescência do chefe do Poder Executivo, mediante sanção do projeto de lei, ainda quando dele seja a prerrogativa usurpada, não tem o condão de sanar o vício radical da inconstitucionalidade. Insubsistência da Súmula 5/STF. Doutrina, Precedentes." (ADI 2.867, Rel. Min. Celso de Mello, julgamento em 3-12-2003, Plenário, DJ de 9-2-2007.)

Vislumbra-se, portanto, que os arts. 6º e 7º com seus respectivos parágrafos únicos encontram-se revestidos de vício de iniciativa, haja vista que tal fato só pode ser imponível e de autoria do Poder Executivo. Devendo, desta forma, serem vetados.

Por derradeiro, vejamos o art. 8º, que assim dispõe:

"os eventos objeto da presente Lei deverão ter seu alvará de autorização vinculado a uma entidade esportiva devidamente



regulamentada, tais como Federações, Associações, Clubes e assemelhados".



No que toca à vinculação do alvará de autorização a entidade esportiva, cumpre informar que a competência para expedição de alvará de autorização para realização de eventos é de competência das Prefeituras Municipais, não podendo o legislador estadual dispor sobre determinada matéria.

Impõe-se estabelecer que a competência dos entes locais é ampla e decorre dos preceitos constitucionais que, inscritos na Constituição da República em atenção ao princípio federativo, outorgam aos Municípios atribuição para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, I).

No que tange ao significado da expressão "interesse local", leciona Hely Lopes Meirelles:

"(...) o interesse local se caracteriza pela predominância (e não pela exclusividade) do interesse do Município, em relação ao do Estado e da União. Isso porque não há assunto municipal que não seja reflexamente de interesse estadual e nacional. A diferença é apenas de grau, e não de substância. Estabelecida essa premissa é que se deve partir em busca dos assuntos da competência municipal, a fim de seleccionar os que são e os que não são de seu interesse local. Isto é, aqueles que predominantemente interessam à atividade local. Seria fastidiosa — e inútil, por incompleta — a apresentação de um elenco casuístico de assuntos de interesse local do Município, porque a atividade municipal, embora restrita ao território da Comuna, é multifária nos seus aspectos e variável na sua apresentação, em cada localidade. Acresce, ainda, notar a existência de matérias que se sujeitam simultaneamente à regulamentação pelas três ordens estatais, dada sua repercussão no âmbito federal, estadual e municipal. Exemplos típicos dessa categoria são o trânsito e a saúde pública, sobre os quais dispõem a União (regras gerais: Código Nacional de Trânsito, Código Nacional de Saúde Pública), os Estados (regulamentação: Regulamento Geral de Trânsito, Código Sanitário Estadual) e o Município (serviços locais: estacionamento, circulação, sinalização etc; regulamentos sanitários municipais). Isso porque sobre cada faceta do assunto há um interesse predominante de uma das três entidades governamentais. Quando essa predominância toca ao Município a ele cabe regulamentar a matéria, como assunto de seu interesse local." (Direito municipal brasileiro, 12. ed., São Paulo: Malheiros, 1998, p. 135.)



ESTADO DO PARANÁ

CASA CIVIL



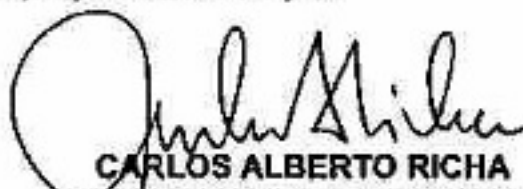
A proposição, conseqüentemente, se mostra Inconstitucional por desarmonia com o princípio federativo que consagra a autonomia municipal (artigo 18 da Constituição Federal) e confere aos municípios competência para legislar sobre assuntos de interesse local (artigo 30, inciso I, da Constituição).

Fica, portanto, evidenciado a invasão de competência pelo Poder Legislativo.

Desta forma, em virtude das Inconstitucionalidades apontadas, e a inocuidade dos demais artigos, deve o projeto de Lei ser vetado em sua integralidade.

Isto posto, são esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto a elevada consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.



CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO



Projeto de Lei nº 208/11
(Autoria do Deputado Fábio Camargo)

Dispõe sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "*Mixed Martial Arts*", no âmbito do Estado do Paraná.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º A realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "*Mixed Martial Arts*" obedecerá ao disposto nesta Lei.

Art. 2º Poderão realizar os eventos de que trata esta Lei pessoas jurídicas que explorem estabelecimentos comerciais ou particulares.

Parágrafo único. Na hipótese de pessoa jurídica, será considerado responsável pelo evento seu presidente, diretor ou gerente.

Art. 3º Os interessados em realizar os eventos de que trata esta Lei deverão solicitar a respectiva autorização à Secretaria de Estado da Segurança Pública, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias úteis, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) contrato social e suas alterações;
- b) CNPJ emitido pela Receita Federal;
- c) comprovante de tratamento acústico nas hipóteses do evento ser realizado em ambiente fechado;
- d) Atestado de Responsabilidade Técnica – ART, das instalações de infraestrutura do evento, expedido pela autoridade municipal local;
- e) contrato da empresa de segurança autorizada a funcionar pela Polícia Federal, encarregada pela segurança interna do evento;
- f) comprovante de instalação de detectores de metal;
- g) comprovante de previsão de atendimento médico de emergência com, no mínimo, um médico socorrista, um enfermeiro e um técnico de enfermagem;
- h) nada opor da Delegacia Policial, do Batalhão da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros, todos da área do evento, e do Juizado de Menores da respectiva Comarca.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



Projeto de Lei nº 208/11

fls.2.

Parágrafo único. O pedido de autorização para a realização do evento deverá informar:

- I – expectativa de público;
- II – em caso de venda de ingressos, o número colocado à disposição;
- III – nome do responsável pelo evento;
- IV – área para estacionamento, de maneira a não atrapalhar o trânsito das vias públicas, bem como a sua capacidade;
- V – previsão de horário de início e término.

Art. 4º A autoridade responsável pela concessão da autorização poderá limitar o horário de duração do evento, de forma a não perturbar o sossego público, podendo ser revisto a pedido do interessado ou para a preservação da ordem pública.

Parágrafo único. Na autorização deverá constar, obrigatoriamente, o horário de início e término do evento.

Art. 5º O local de realização do evento deverá dispor de banheiros para o público presente, na proporção de um banheiro masculino e um feminino para cada grupo de 80 (oitenta) participantes, podendo ser utilizados banheiros químicos.

Parágrafo único. O evento deverá dispor de banheiros adaptados para pessoas portadoras de deficiência física ou mobilidade reduzida.

Art. 6º A regulamentação da presente Lei disporá sobre o órgão da Secretaria de Estado da Segurança Pública responsável pela fiscalização e autuação nos casos de descumprimento dos preceitos desta Lei.

Parágrafo único. O órgão de fiscalização deverá cumprir o disposto nesta Lei e adotar as providências necessárias para inibir a prática de qualquer infração penal durante a realização do evento.

Art. 7º O descumprimento do disposto nesta Lei sujeitará o infrator às seguintes penalidades, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis;

- I – suspensão do evento;
- II – interdição do local do evento;
- III – multa no valor de 10.000 UPF-PR (Unidade Padrão Fiscal do Estado do Paraná).



Parágrafo único. As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente, de acordo com a natureza e gravidade da infração.


Art. 8º Os eventos objeto da presente Lei deverão ter seu alvará de autorização vinculado a uma entidade esportiva devidamente regulamentada, tais como Federações, Associações, Ligas, Clubes e assemelhados.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Dezenove de Dezembro, em 23 de abril de 2012.


Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente


Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
1º Secretário


Deputado RENI PEREIRA
2º Secretário



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER À PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 026/12

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº. 026/12

AUTOR: PODER EXECUTIVO – OFÍCIO Nº 1276/12

SÚMULA: Veta o Projeto de Lei nº 208/2011, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que dispõe sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "Mixed Martial Arts", no âmbito do Estado do Paraná.

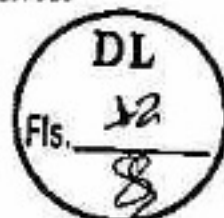
EMENTA: PROPOSIÇÃO DE VETO. TEMPESTIVO NOS TERMOS ART. 71, §1º CE. ENCAMINHAMENTO AO PLENÁRIO. PARECER FAVORÁVEL.

PREÂMBULO

O projeto de lei nº 208/11, de autoria do Deputado Fábio Camargo que, dispõe sobre a regulamentação e autorização na realização de eventos de "Artes Marciais Misturadas" ou "Mixed Martial Arts", no âmbito do Estado do Paraná, tendo sido vetado pelo Senhor Governador do Estado por considerá-lo inconstitucional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a tempestividade da proposição de veto ora em tela.

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado quando considerar determinado Projeto de Lei inconstitucional, deve vetá-lo, em até quinze dias úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto. (...) (grifo nosso)

Assim, considerando-se que o projeto de lei nº 208/11 foi enviado à sanção e recebido na data de 26 de abril de 2012, iniciando a contagem como determinada na Constituição Estadual, temos que a proposição de veto nº 026/12, foi exarada e encaminhada junto à Assembleia Legislativa do Estado do Paraná na data de 16 de maio de 2012, sendo desta maneira tempestiva



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

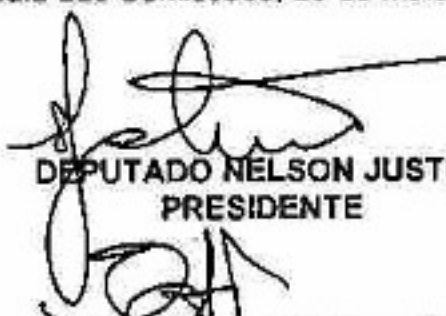


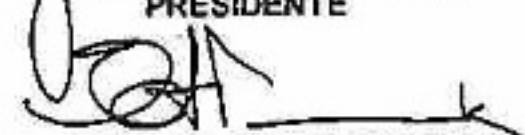
Esta Comissão de Constituição e Justiça, dentro de suas competências regimentais, atesta que o veto foi apostado tempestivamente, respeitando o prazo legal.

CONCLUSÃO

Em razão do exposto, haja vista o procedimento de veto seguir os ditames constitucionais, esta comissão posiciona-se **FAVORÁVEL** ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, 29 de maio de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO PR EDSON PRACZYK
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 627/11

Estabelece normas de parceria entre o poder público e o setor privado para instalação, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada de bitucas de cigarros no Estado do Paraná.

Art. 1º Ficam estabelecidas normas para instalação de coletores de bitucas de cigarros, retirada, transporte, reciclagem e destinação adequada das mesmas em locais públicos e com grande aglomeração de pessoas.

Parágrafo único. As normas de que trata o *caput* do art. 1º da presente Lei serão executadas exclusivamente através de parceria/convênio entre o poder público e o setor privado.

Art. 2º Entende-se por parceiros conveniados do setor privado, pessoas de natureza jurídica, prestadoras de serviços, aptas a implantar, coletar, reciclar e destinar adequadamente os resíduos provenientes do consumo de cigarros.

Art. 3º A parceria/convênio entre o poder público e o setor privado será firmada em conformidade com a legislação vigente.

Art. 4º Locais públicos e com grande aglomeração de pessoas são ambientes profissionais ou de lazer de uso comum e de posse coletiva, frequentados pela população, tais como: praias, praças, parques, estádios de futebol, rodoviárias, aeroportos e similares.

Art. 5º A instalação dos coletores de bitucas será feita em locais apropriados e de fácil acesso aos fumantes, nos moldes da Lei nº 16.239, de 29 de setembro de 2009.

Art. 6º É responsabilidade dos parceiros/conveniados a retirada sistematizada, transporte, reciclagem e destinação adequada das bitucas depositadas nos coletores instalados de que trata o art. 5º desta Lei.

Art. 7º Os parceiros/conveniados poderão realizar campanhas educativas objetivando conscientizar os fumantes e a população em geral da importância de preservação do meio ambiente, promovendo o incentivo à utilização dos coletores de bitucas e o firmamento de novas parcerias/convênios.

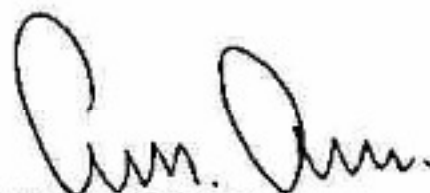
Parágrafo único. Fica facultada a divulgação dos logotipos dos parceiros/conveniados nos coletores por eles adquiridos como contrapartida pelos serviços executados.

Art. 8º Na regulamentação, o Poder Executivo poderá expedir outras normas que julgue necessárias para disciplinar a presente Lei.


Art. 9º As despesas decorrentes da execução desta Lei serão providas exclusivamente pelos parceiros/conveniados, não podendo gerar custos ao poder público.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 629/11

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de armários de guarda-volumes nos estabelecimentos bancários, nas áreas que antecedem as portas que possuem dispositivo de travamento eletrônico, no âmbito do Estado do Paraná.

Art. 1º Ficam obrigadas as agências bancárias do Estado do Paraná, que possuem portas com dispositivo de travamento eletrônico, a manter na área que as antecede, armários de guarda-volumes.

Art. 2º Os armários de guarda-volumes mencionados no artigo anterior serão destinados aos usuários dos estabelecimentos bancários que portarem objetos cuja entrada não é permitida pelos detectores de metais instalados nas portas giratórias e objetos diversos que dificultem a passagem.

Art. 3º O uso do guarda-volumes deverá ser utilizado conforme disponibilidade, não podendo ser reservado.

Art. 4º Para que sejam satisfeitas as necessidades dos usuários, as agências bancárias deverão disponibilizar no mínimo 10 (dez) unidades de guarda-volumes.

Art. 5º É concedido o prazo de cento e oitenta dias, contados da publicação desta Lei, para que os estabelecimentos dispostos no art. 1º realizem todas as adaptações necessárias e exigidas pela presente Lei.

Parágrafo único. Transcorrido o prazo previsto no caput, ficarão os estabelecimentos que descumprirem esta Lei sujeitos às seguintes penalidades:

- 1 – advertência, na primeira autuação;

II – multa de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a advertência;

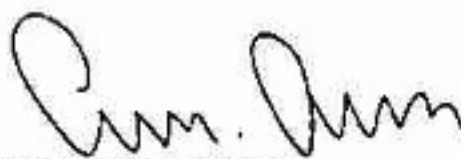
III – multa de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), se não sanada a irregularidade no prazo de trinta dias após a aplicação da multa prevista no inciso II;

IV – multa de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por mês, até que seja sanada a irregularidade, caso as adaptações não tenham sido providenciadas no prazo de trinta dias após a aplicação da multa no inciso III.

Art. 6º O chefe do Poder Executivo estadual designará o órgão responsável para a fiscalização, autuação e aplicação de multa aos estabelecimentos que não obedecerem ao disposto nesta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 666/11

Cria a exigência para que os laboratórios e clínicas de análise sanguínea sugiram a todos os pacientes e usuários a possibilidade de doação de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

Art. 1º Todos os laboratórios e clínicas de análise sanguínea instalados no território do Paraná ficam obrigados a propor aos eventuais doadores e/ou usuários de serviços de análise sanguínea a possibilidade de doação de 5ml (cinco mililitros) a 10ml (dez mililitros) de sangue como amostra para efeitos de manutenção do banco de dados de eventuais doadores de medula óssea.

§ 1º O laboratório deverá manter a resposta da proposta junto com o cadastro do doador.

§ 2º A amostra de sangue obtida por meio de concordância do usuário deverá ser enviada para a entidade habilitada da sua região, conforme anexo I.

Art. 2º Os laboratórios e clínicas de análise sanguínea ficam obrigados a afixar cartazes em locais visíveis de seus estabelecimentos, bem como devem fazer constar nos impressos de resultados de todos os exames realizadas informações sobre esta Lei.

Parágrafo único. Nas informações prestadas nos termos deste artigo deverão constar:

I – a simplicidade do procedimento de doação de amostra de sangue;

II – frases ou mensagens de incentivo a realizar a doação de amostra de sangue;

III – importância da doação de medula óssea.

Art. 3º O laboratório ou clínica que não cumprir as condições estabelecidas nesta Lei estarão sujeitos à multa de até R\$ 3.000,00 (três mil reais) por infração.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.



ALEXANDRE CURI
Presidente



Relator





ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Legislativo Presidente Antônio Carlos

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Redação Final ao Projeto de Lei nº 175/12

Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa da Leitoa Mateira", realizada anualmente no segundo domingo do mês de junho, no Parque de Exposições do Município de Mamborê.

Art. 1º Inserir no Calendário Oficial de Eventos do Estado do Paraná a "Festa da Leitoa Mateira", realizada anualmente no segundo domingo do mês de junho, no Parque de Exposições do Município de Mamborê.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.

Assinatura manuscrita de um dos membros da comissão de redação.

Assinatura manuscrita de Alexandre Curi.
ALEXANDRE CURI
Presidente

Assinatura manuscrita do Relator.
Relator



COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PARECER À PROPOSIÇÃO Nº. 021/2012-TC


Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição em tela, prestando contas da verba dos créditos para atender as despesas dos Senhores Deputados, referente ao mês de abril de 2012, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº. 003/2009.

Entende esta Relatoria, após análise dos documentos entregues, que as despesas constantes da Proposição nº. 021/2012-TC encontram-se de conformidade com a legislação em vigor, atendem sua regulamentação e, portanto, não restam quaisquer dúvidas quanto à exatidão das contas apresentadas, concluindo pelo Parecer Favorável – Aprovado.

É o Parecer FAVORÁVEL – APROVADO.

Sala das Comissões em, 30 de maio de 2012


DEPUTADO BULIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas


DEPUTADO ANTONIO ANIBELLI NETO
Relator





COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

17ª. LEGISLATURA – 2ª. SESSÃO LEGISLATIVA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº. 010/12

SÚMULA: Aprova a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, mês de abril de 2012. Resoluções 003/2004 e 003/2009.

ART. 1º.- Fica aprovada a prestação de contas das despesas dos Senhores Deputados, previstas na Resolução nº. 003/2004, com as modificações contidas na Resolução nº 003/2009, referente ao mês de abril de 2012.

ART. 2º.- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões em, 30 de maio de 2012.

DEPUTADO BULIO GENARI
Presidente da Comissão de Tomada de Contas

DEPUTADO ANTONIO ANIBELLINETO
Relator



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 242/12

SÚMULA: Acrescenta incisos e altera parágrafo do art. 141, da Lei Complementar nº 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná -, referentes ao pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de funções por membro do Ministério Público.

Art. 1º. Acrescenta incisos ao art. 141, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, com a seguinte redação:

“VIII – gratificação pelo exercício cumulativo de suas funções com as de outro cargo da carreira ou com as funções de membro do Conselho Superior do Ministério Público, até o limite correspondente a dez por cento do subsídio do cargo, considerando-se, para esse efeito, no primeiro caso, o de maior categoria”.

“IX – gratificação pelo desempenho da atribuição de coordenador administrativo de Promotorias de Justiça, até o limite correspondente a cinco por cento do subsídio do cargo”.

Art. 2º. O parágrafo 1º, do art. 141, da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º. O Procurador-Geral de Justiça arbitrará os valores das vantagens previstas nos incisos I, II, VIII e IX, deste artigo, observados os critérios e formas definidos em regulamentação própria, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 3º. Os parágrafos do art. 141, Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, seguir-se-ão, sequencialmente, ao último inciso do mencionado dispositivo legal.

Art. 4º. As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta da dotação orçamentária do Ministério Público do Estado do Paraná, observadas as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe acréscimo de incisos ao art. 141, da Lei Complementar nº 85/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná -, instituindo a *gratificação pelo exercício cumulativo de funções* por membro do Ministério Público e, com vistas à sua implementação, propõe a alteração do § 1º.

Aludido art. 141 traz, em seu *caput*, a seguinte redação: "Os membros do Ministério Público farão jus, ainda, às seguintes vantagens:". Os incisos que ora se pretende a ele introduzir estão assim redigidos:

"VIII – *gratificação pelo exercício cumulativo de suas funções com as de outro cargo da carreira ou com as funções de membro do Conselho Superior do Ministério Público, até o limite correspondente a dez por cento do subsídio do cargo, considerando-se, para esse efeito, no primeiro caso, o de maior categoria*".

"IX – *gratificação pelo desempenho da atribuição de coordenador administrativo de Promotorias de Justiça, até o limite correspondente a cinco por cento do subsídio do cargo*".

O § 1º, com a alteração que se deseja fazer, tem o seguinte teor:

§ 1º. O Procurador-Geral de Justiça arbitrará os valores das vantagens previstas nos incisos I, II, VIII e IX, deste artigo, observados os critérios e formas definidos em regulamentação própria, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL
Fis. 04
H

originariamente a Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999, por evidente erro material foi editada com os parágrafos do art. 141 de perimelo com os incisos.

No mérito, visa a presente proposta suprir lacuna existente na Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná), ao não elencar entre as vantagens devidas aos membros do Ministério Público, previstas no art. 141, a gratificação pelo exercício cumulativo de funções e a gratificação pelo desempenho da atribuição de coordenador administrativo de Promotorias de Justiça.

Com efeito, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – Lei Federal nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993 -, que dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, a serem por estes observados na edição das leis locais que disponham sobre sua organização, atribuição e estatuto dos seus membros, preceitua no seu art. 50 que, além dos vencimentos (hoje, subsídio), *"poderão ser outorgadas, a membro do Ministério Público, nos termos da lei, as seguintes vantagens: X – gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções"*

Com relação à gratificação pelo exercício cumulativo de funções de cargos distintos, além de indesejável mencionada lacuna se revelou injusta, pois ao longo da década que se seguiu à edição da Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, a crescente demanda pela intervenção ministerial¹ exigia constante expansão do quadro de carreira (i. é, a criação de novos cargos), o que não raras vezes restava contida em razão de

¹ Como enfatizado alhures, "por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sintonia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação".



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



dificuldades orçamentárias. Em contrapartida o atendimento àquela demanda impunha o exercício cumulativo de funções de órgãos ministeriais distintos por um mesmo membro do Ministério Público, sem a devida contraprestação pecuniária, à falta de previsão legal. Esta situação caracterizava, como caracteriza, ao um só tempo, violação ao princípio constitucional da valorização do trabalho e ao princípio geral do não locupletamento ilícito da Administração Pública, em detrimento do agente incumbido do exercício cumulativo de atribuições.

Mesma ponderação, *mutatis mutandis*, cabe relativamente à gratificação aos Procuradores de Justiça Integrantes do Conselho Superior do Ministério Público (em número de sete), pelo exercício cumulativo destas funções.

Em face dos nefastos efeitos verificados no âmbito dos diversos Ministérios Públicos estaduais e consequente repercussão nacional, foi a situação levada à apreciação² do Conselho Nacional do Ministério Público³, sobrevivendo decisão *para que seja expedida recomendação aos Ministérios Públicos dos Estados e ao Ministério Público da União para que encaminhem projetos de lei aos seus respectivos poderes legislativos a fim de regular o pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções (artigo 50, X, da Lei 8.625/1993 e art. 4º, I, da Resolução CNMP nº 9/2006)*⁴ (com cópia do respectivo Acórdão e Ofício-Circular nº 008/2011/NAD-SG/CNMP, em anexo).

No tocante à gratificação pelo desempenho da atribuição de coordenador administrativo de Promotorias de Justiça -, verificou-se que esta atribuição, representando acúmulo de função institucional com função administrativa, passou a constituir um ônus sem correspondente contrapartida. Evidenciando situação igualmente injusta, também passou a acarretar prejuízos à

² Pedido de Providências nº 0.00.000.000441/2011-72, apreciado e votado em decisão plenária da 6ª Sessão Ordinária do CNMP, de dia 1º.06.2011

³ Órgão ao qual constitucionalmente incumbe o controle e a uniformização da atuação administrativa e financeira do Ministério Público (§ 2º, do art. 130-A, da CF, introduzido pela EC nº 45/2004), "podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências", em salvaguarda de sua "autonomia funcional e administrativa" (inciso I).



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL

Fls

06

11

administração dos serviços auxiliares, uma vez que não raras vezes o Promotor de Justiça motivadamente declinava da designação. Não se deve olvidar, nesse passo, que esse colendo Poder Legislativo consagrou no Estado do Paraná a paridade dos membros da Magistratura e do Ministério Público, inclusive no que concerne às vantagens. E como o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná prevê, para os Juizes de Direito, a gratificação de direção de Fórum de cinco por cento (art. 82, inciso VII c/c art. 84), consecutário lógico de tal garantia é a previsão de semelhante vantagem para os membros do *Parquet*.

Com relação à quantificação das gratificações instituídas pelo inciso VIII, procurou-se estabelecer um limite razoável e compatível com as gratificações de direção e de assessoramento superior previstas, respectivamente, nos incisos VI e VII, do mencionado art. 141 e, ao mesmo tempo, conferir certa discricionariedade ao Procurador-Geral de Justiça na sua fixação, fundada na natureza, volume e complexidade das funções objeto do acúmulo. A da instituída pelo inciso IX, como consignado no parágrafo anterior desta justificativa, toma como parâmetro vantagem similar atribuída à Magistratura.

Cumprе registrar, por fim, que a modificação ora proposta, no que concerne à gratificação pelo exercício cumulativo de funções de cargos distintos, por se cuidar de previsão legal de concessão de vantagem em face de eventual exercício, não implica, desde logo, em aumento da despesa com pessoal, sendo que os gastos decorrentes das hipóteses que vierem a se concretizar serão suportados por dotação orçamentária própria - despesas correntes -, observadas sempre as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Relativamente à gratificação pelo exercício cumulativo da função de integrante do Conselho Superior do Ministério Público e pelo desempenho da atribuição de coordenador administrativo de Promotorias de Justiça (06 comarca de entrância final, menos Curitiba), conforme cálculos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE (cf. Informação nº 192 /2012), o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir (se consideradas as concessões nos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL
Fis. 07
M

percentuais máximos 10% e 5%, respectivamente) o montante de R\$ 23.755,85 (vinte e três mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos, ou seja, R\$ 16.882,33 + R\$ 6.873,52), corresponde a um acréscimo de 0,093% (zero vírgula zero, nove, três, por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 142.535,13 (cento e quarenta e dois mil, quinhentos e trinta e cinco reais e treze centavos) para o presente exercício (junho a dezembro), previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14.12.2011), conforme Informação nº 1.110/12, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 1.110/12) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, no presente exercício (junho/dez/2012), será de 0,0008% (zero vírgula, zero, zero, zero, oito por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo em 1,643% (um vírgula, seiscentos e quarenta e três por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 29 de maio próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da instituição de gratificação pelo exercício cumulativo de funções por membro do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto do Anteprojeto de Lei Complementar encaminhado com o Ofício nº 983/12-GAB, de 1º de junho do ano em curso, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011 (Lei Orçamentária Anual), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Curitiba, 1º de junho de 2012.

Gilberto Giacoia
Procurador Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

PROTOCOLO : 11665/2011, apensos 17038/2011 e 7149/2012
INTERESSADO : ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ASSUNTO : Solicitação

INFORMAÇÃO Nº 192/2012

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça:

Em atenção ao protocolo supra e ao contido no inciso I, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos abaixo o quadro demonstrativo do incremento referente à concessão da gratificação pelo exercício cumulativo de funções de conselheiro do CSMP, para 07 (sete) Procuradores de Justiça do Ministério Público, equivalente a 10% (dez por cento) do subsídio, a partir de 1º de junho de 2012:

Descrição	Jun/12	Jul-Dez/2012	13º salário	2013	2014
Gratificação de 10% para 7 Procuradores de Justiça do MP/PR	R\$ 16.882,35	R\$ 101.294,00	R\$ 9.848,03	R\$ 219.470,34	R\$ 219.470,34

O incremento referente à concessão da gratificação pelo desempenho das funções de coordenador administrativo de Promotoria, para 06 (seis) Promotores de Justiça de entrância final do Ministério Público (comarcas de entrância final, menos Curitiba), equivalente a 5% (cinco por cento) do subsídio, a partir de 1º de junho de 2012:

Descrição	Jun/12	Jul-Dez/2012	13º salário	2013	2014
Gratificação de 5% para 6 Coordenadores Administrativos das Comarcas de Final	R\$ 6.873,52	R\$ 41.241,13	R\$ 4.000,65	R\$ 89.355,79	R\$ 89.355,79

Informamos, ainda, que o valor do incremento mensal para implante das respectivas gratificações, representam 0,093%(zero vírgula zero noventa e três por cento), do total da folha de pagamento mensal dos Membros e Servidores da Instituição.

Curitiba, 25 de maio de 2012.

Angela Terezinha Meira Farias
Diretora do Departamento de Administração
Financeira de Recursos Humanos



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO Nº 0621/12

PROTOCOLO Nº: 17038/11 - MP/PGJ.

ASSUNTO: Gratificação pelo exercício de Coordenação Administrativa.

Senhor Coordenador Executivo:

Informo a Vossa Excelência que existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a despesa, no valor de R\$ 364.468,50 (trezentos e sessenta e quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos), considerando-se o valor mensal de R\$ 40.496,50 (quarenta mil, quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos) e a concessão a partir do mês de maio/12.

Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.03091434.010 – Administração dos Serviços do Ministério Público, no elemento de despesa 3190.1100 – Vencimentos e Vantagens Fixas

Para o exercício de 2013, despesas com Pessoal e Encargos constarão da Proposta Orçamentária.

Informa-se na oportunidade, que despesas com Pessoal e Encargos estão previstas na Lei Orçamentária Anual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 29 de março de 2012.

Maria Priscila Mazarotto Thome

Diretora

Visto: 29/03/12

Orçamentário



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO: Nº 622/2012

PROTOCOLO: 17038/11 - MP/PR

ASSUNTO: IMPACTO RELATIVO A DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM FACE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - SOLICITA GRATIFICAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA A PARTIR DE 1º/05/12.

I - DO LIMITE DE 2%

a) Segundo o artigo 20º, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90 % -, são vedados:

- I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;
- II. criação de cargo, emprego ou função;
- III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição, decorrente, da aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V. contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

II - DO CÁLCULO DO IMPACTO

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e tem os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício de 2012, com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2011.

b) A situação para o exercício de 2012, antes do computo da despesa em



DL
Fls. 12
24

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

análise, é a seguinte:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Dedução do Fundo Fin.	% da RCL	Dedução do Pensionistas	% da RCL	Dedução do Fundo Prev.	% da RCL
Maior/11 a Abr/12	19.024.129.749	328.500.640	1,72%	320.941.758	1,68%	299.330.705	1,57%
Set/11 a Ago/12	19.345.261.405	339.806.207	1,75%	332.247.326	1,71%	310.628.549	1,60%
Jan/12 a Dez/12	19.654.366.220	313.258.747	1,59%	305.699.966	1,55%	283.481.249	1,44%

c) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 40.496,50, mensais, para os meses de maio a dezembro/12, incluindo-se o 13º salário/12 e de R\$ 553.425,17, anuais, para os exercícios de 2013 e 2014, conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Dedução do Fundo Fin.	% da RCL	Dedução do Pensionistas	% da RCL	Dedução do Fundo Prev.	% da RCL
Maior/11 a Abr/12	19.024.129.749	328.527.491	1,72%	320.968.610	1,68%	299.357.556	1,57%
Set/11 a Ago/12	19.345.261.405	339.833.059	1,75%	332.274.177	1,71%	310.655.401	1,60%
Jan/12 a Dez/12	19.654.366.220	313.284.939	1,59%	305.726.058	1,55%	283.507.441	1,44%

d) Se autorizada, a despesa em questão corresponderá a 0,0018544% no gasto total com pessoal no exercício de 2012 em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2012) de R\$ 19.654.366.220,00.

É a informação.

D.F., 29 de março de 2012.


Maria Priscila M. Thome

Diretora do Departamento Financeiro



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 983/2012-GAB

Curitiba, 1º de junho de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 04 JUN, 2012
pruato
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.
Em, 21/06/2012
[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de Lei Complementar que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar nº 85, de 27 de dezembro de 1999 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná), referentes ao pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de funções por membro do Ministério Público.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e a consequente aprovação, revela-se oportuno o ensejo para reiterar a Vossa Excelência a garantia de minha especial consideração e respeito.

Gilberto Giacoia
Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado Estadual VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14136 04/06/2012 08:37:17 MP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 242/12

Projeto de Lei nº 242/12
Autor: Ministério Público

Súmula: Acrescenta incisos e altera parágrafo do art. 141, da Lei Complementar n.º. 085/99 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná - referentes ao pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de funções por membro do Ministério Público.

EMENTA: ACRESCENTA INCISOS E ALTERA PARÁGRAFO DO ART. 141. LEI COMPLEMENTAR N.º. 85/99. LEI ORGÂNICA E ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. ART. 48 LC 85/99. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público objetiva a alteração do dispositivo que especifica da Lei Complementar n.º. 85/99 - Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná, visando acrescentar incisos e alterar o parágrafo do artigo 141,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



referente ao pagamento de gratificações pelo exercício cumulativo de funções.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

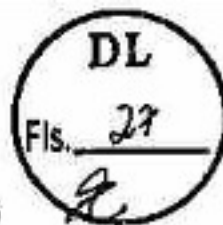
I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face da que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis complementares cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira, (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Praça Nossa Senhora da Salette s/nº - Centro Cívico - Curitiba - Paraná



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "(...) das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, 'propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de leis nessas matérias" ¹.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público delém para propor o presente projeto de lei.

Com efeito, a fim de dar cumprimento à referida legislação, o Ministério Público anexou ao projeto, declaração que o aumento de despesa apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público para o exercício de 2012, aprovado pela Lei n.º. 17.012, de 14 de dezembro de 2011 (Lei Orçamentária Anual), compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei n.º. 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei n.º. 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Anibal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 30
[Signature]

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

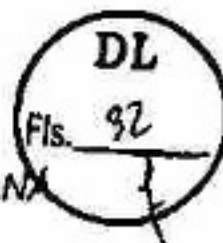
Sala das Comissões, 12 de Junho de 2012.

[Signature]
DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente

[Signature]
DEPUTADO ALEXANDRE CURI
Relator



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 242/12

O Projeto de Lei Complementar em análise é oriundo do Ministério Público – Ofício nº 983/12 e objetiva acrescentar incisos e alterar parágrafo do art. 141, da Lei Complementar nº 085/99 – Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná – referentes ao pagamento de gratificação pelo exercício cumulativo de funções por membro do Ministério Público.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

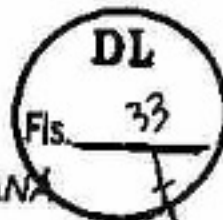
Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o Projeto encontra-se plenamente justificado.

Observamos que o autor da proposta informa que, as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná, observadas as exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro, relativamente à gratificação pelo exercício cumulativo da função de integrante do Conselho Superior do Ministério Público e pelo desempenho da atribuição de coordenador administrativo de Promotorias de Justiça, vem acompanhado dos cálculos do Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos - DAFRE (Informação nº 192/2012), e apresenta previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA) e ainda conforme Informação nº 1.110/12, do Departamento Financeiro, daquele respeitável órgão.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, a compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO MARLA TURGCK
RELATORA



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL

Fls. 02
H

~~PROJETO DE LEI~~ Nº 243/12

SÚMULA: Transforma cargos de Promotor de Justiça que específica, em cargos de Promotor de Justiça com atuação perante Promotorias de Justiça Especializadas no Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Art. 1º. Ficam transformados os seguintes cargos vagos de Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná:

I – o cargo de Promotor de Justiça junto à 9ª (nona) Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 3º (terceiro) Promotor de Justiça junto às Varas do Tribunal do Júri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

II – o cargo de Promotor de Justiça junto à 20ª (vigésima) Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 4º (quarto) Promotor de Justiça junto às Varas do Tribunal do Júri do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

III – o cargo de Promotor de Justiça junto à 23ª (vigésima terceira) Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 3º (terceiro) Promotor de Justiça junto às Varas de Execuções Penais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

IV – o cargo de Promotor de Justiça junto à 5ª (quinta) Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 4º (quarto) Promotor de Justiça junto às Varas de Execuções Penais do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

V – o cargo de Promotor de Justiça junto à 6ª (sexta) Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 2º (segundo) Promotor de Justiça de Defesa dos Direitos do Idoso do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

VI – o cargo de Promotor de Justiça junto à 7ª (sétima) Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL
Fls. 03
4

de Curitiba, em 01 (um) cargo de Promotor de Justiça da Habitação e Urbanismo do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

VII - o cargo de Promotor de Justiça junto à 8ª (oitava) Vara da Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em 01 (um) cargo denominado 3ª (terceiro) Promotor de Justiça de junto às Varas da Infância e da Juventude do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

Parágrafo único. A ordem de precedência para o provimento dos cargos resultantes da transformação será determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 2º. As atribuições dos cargos resultantes da transformação prevista nesta lei serão definidas pelo Colégio de Procuradores de Justiça

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a transformação de cargos de Promotor de Justiça, que especifica, e sua respectiva titularização em Promotorias de Justiça especializadas do Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

A densidade institucional conferida ao Ministério Público pela Constituição da República, no que tange ao espectro de atuação de seus membros, impõe a tutela da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. Ao lhe ser conferida a condição de instituição permanente e essencial à administração da Justiça, goza o Ministério Público, hodiernamente, do status de guardião da cidadania.

Na realização dos graves misteres advindos desse múnus, assume o Ministério Público um papel relevante na concretização dos direitos sociais previstos na Constituição Federal e nas leis infraconstitucionais.

Espelhando instrumento para a realização dessa missão, visa o anteprojeto o redirecionamento de cargos de Promotores de Justiça titulares para tais atribuições fundamentais, por duas vias:

a) reduzindo o número de integrantes de membros do Ministério Público que oficiam perante os Juízos Cíveis e Juízos de Fazenda Pública, Falências e Recuperação Judicial, porque possuem atribuições majoritariamente residuais, agindo sempre em função das demandas que aportam no Poder Judiciário, o que, de certa forma, mitiga a autonomia enquanto primado constitucional;



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL
Fls. 05
4

b) transformando os cargos vagos de Promotor de Justiça da comarca da Região Metropolitana de Curitiba, indicados na alínea anterior, em cargos de titulares junto às Promotorias Especializadas do Foro Central.

Um olhar proativo ao presente anteprojeto de lei possibilita antever que o Ministério Público do Estado do Paraná, com o redimensionamento ora proposto, melhor contribuirá para o ingente esforço dos Poderes Públicos na efetivação dos direitos sociais indisponíveis e das políticas sociais básicas, contribuindo para a pacificação social, seja na identificação e resolução extrajudicial de conflitos, seja prevenindo ou reprimindo práticas deletérias à harmonia comunitária.

A repartição racionalizada de atribuições entre os diversos órgãos de execução, dotados das mesmas garantias, reclama a atuação do Estado-legislador para colmatar a deficiência legislativa que ora se pronuncia.

Processa-se por este ato um esforço de adequação das Promotorias de Justiça como instâncias administrativas, à luz da disciplina instituída na Lei Federal n° 8625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e na Lei Complementar Estadual n° 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná), provendo-as com cargos de Promotores de Justiça titulares e atribuição específica, respeitando-se o princípio da independência funcional e a garantia da inamovibilidade.

Cumprе salientar que a nova divisão funcional para as atribuições ministeriais na Comarca de Curitiba, resultante de processo de racionalização interna e que vem sendo paulatinamente implementada, guarda estrita observância com o estatuído no art. 48 e §§ da Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Paraná, em reprodução quase literal do art. 23 e §§ da Lei Orgânica Nacional, verbis:

"Art. 48. As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com pelo menos



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta Lei.

§ 1º As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

§ 2º As atribuições das Promotorias de Justiça e dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores.

§ 3º A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores."

Insta acrescentar que, havendo rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos ora transformados, a medida proposta não implicará aumento de despesa de pessoal.

O preenchimento dos cargos decorrentes da transformação resultante desta lei estará, portanto, adstrito ao cumprimento das exigências da Lei Complementar Federal nº. 101, de 05 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Registre-se, por fim, que em consonância com o disposto no art. 23, Incisos I e VIII, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 29 de maio próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 884/12-GAB

Curitiba, 1º de Junho de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.

Em, 04 JUN. 2012

mauro
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente
II - À DL para providências.

Em, 04/06/2012

[Assinatura]
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que propõe a transformação de cargos de Promotor de Justiça, que especifica, e sua respectiva titularização em Promotorias de Justiça especializadas do Foro Central da comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembléia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

[Assinatura]

Gilberto Giacoia
Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado VALDIR ROSSONI

Digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Nesta Capital

14136 04/06/2012 083378 019 ASSUNTO: LEGISLAÇÃO DO PGM



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 243/2012

Projeto de Lei nº 243/2012
Autor: Ministério Público

Súmula: Transforma cargos de Promotor de Justiça que especifica, em cargos de promotor de justiça com atuação perante promotorias de justiça especializadas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

EMENTA: TRANSFORMA CARGOS DE PROMOTOR DE JUSTIÇA EM CARGOS DE PROMOTOR DE JUSTIÇA COM ATUAÇÃO PERANTE PROMOTORIAS ESPECIALIZADAS. FORO CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. POSSIBILIDADE LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. ART. 48 LC 85/99. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público objetiva a transformação de 07 (sete) cargos de Promotor de Justiça junto às Varas Cíveis citadas no corpo do Projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 24 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corroborar deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

O jurista José Afonso da Silva leciona que "[...] das normas constitucionais sobre o Ministério Público, que lhe afirmam os princípios institucionais da unidade, da indivisibilidade e da independência funcional e lhe asseguram autonomia administrativa, facultando-lhe, observado o disposto no art. 169, 'propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira'. Dá-se-lhe, assim, o poder de iniciativa de leis nessas matérias"¹.

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

¹ SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. Malheiros Editores. SP.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

Destarte, a Lei Orgânica do Ministério Público, Lei Complementar Estadual nº 85, de 27 de dezembro de 1999, determina:

Art. 48. As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público, com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por esta Lei.

§ 1º. As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializados, gerais ou cumulativas.

§ 2º. As atribuições das Promotorias de Justiça e dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores.

§ 3º. A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores. (grifo nosso)

Não obstante, a Lei supramencionada dispõe que a Procuradoria-Geral de Justiça deverá propor, no prazo de um ano da promulgação desta Lei, a criação ou transformação de cargos correspondentes às funções não atribuídas aos cargos já existentes:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 76. A Procuradoria-Geral de Justiça deverá propor, no prazo de um ano da promulgação desta Lei, a criação ou transformação de cargos correspondentes às funções não atribuídas aos cargos já existentes.

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

Ademais, devemos observar que o projeto de lei não viola a Lei Complementar Federal nº. 101/00, a qual exige que o projeto que acarrete aumento de despesa estatal seja acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro causado e declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira, tendo em vista que o Procurador Geral de Justiça declara que o mesmo não importará em aumento de despesa, pois haverá rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos ora transformados.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.

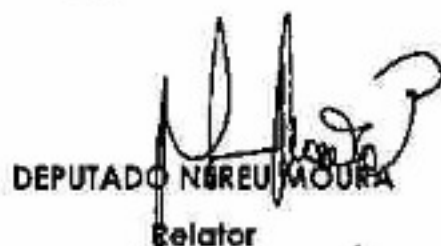
Sala das Comissões, 12 de Junho de 2012.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



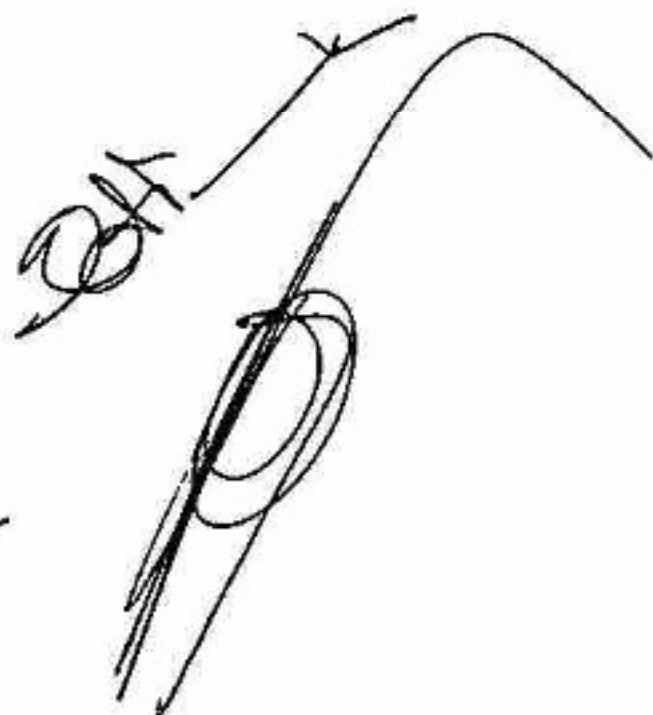

DEPUTADO NELSON JUSTUS
Presidente


DEPUTADO NEREU MOURA
Relator



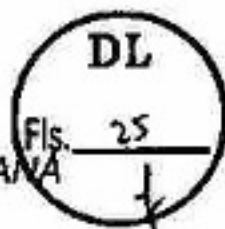








ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 243/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público – Ofício nº 984/12 e objetiva transformar cargos de Promotor de Justiça que especifica, em cargos de Promotor de Justiça com atuação perante Promotorias de Justiça Especializadas no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Inicialmente observamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Nereu Mourai e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o Projeto encontra-se plenamente justificado.

Observamos que o autor da proposta deixou de apresentar o impacto financeiro e orçamentário da matéria (Lei Complementar Federal nº 101, de 05 de maio de 2000, tendo em vista o Projeto de Lei apresentar rigorosa simetria entre os subsídios atribuídos aos cargos transformados.

Observe-se ainda, que a proposta vem ladeada da Declaração do Senhor Gilberto Giacoia, Procurador Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa - 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.

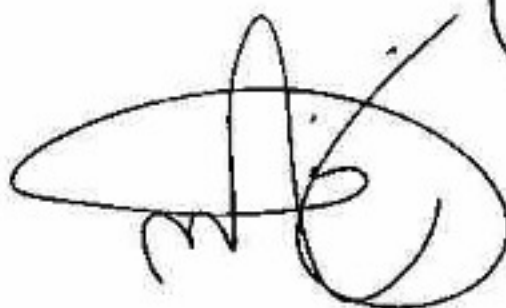
É o parecer.

Sala das Comissões, 18/06/12


DEPUTADO FRANCISCO BUERER
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR









MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



~~PROJETO DE LEI~~ PROJETO DE LEI

nº 244/12

Súmula: Cria cargos de assessor de Promotoria, de provimento em comissão, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º. Ficam criados no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná 180 (cento e oitenta) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de assessor de Promotoria.

§ 1º. A descrição das atribuições dos cargos previstos neste artigo e outras características atinentes às suas funções serão definidas em ato a ser expedido pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2º. No provimento dos cargos em comissão previstos nesta lei será observado o disposto na Lei nº 16.559, de 06 de agosto de 2010.

Art. 2º. Os servidores ocupantes dos cargos a que se refere esta Lei terão lotação na Procuradoria-Geral de Justiça e serão distribuídos nos órgãos do Ministério Público e suas unidades administrativas por ato do Procurador-Geral.

Art. 3º. A remuneração dos servidores que vierem a preencher os cargos criados por esta Lei corresponde aos valores constantes dos Anexos IV e V do Quadro dos Servidores do Ministério Público do Paraná.

Art. 4º. Os cargos criados por esta Lei serão providos na medida da necessidade do serviço, observada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira e demais exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão a conta da dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Art. 6º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL

093

JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a criação de 180 (cento e oitenta) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS 5, de assessor de Promotoria, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências, a serem distribuídos às Promotorias de Justiça das comarcas da Região Metropolitana, de entrâncias final, intermediária e inicial.

Visa a presente proposta suprir as necessidades decorrentes da implementação de uma nova etapa da remodelação da estrutura organizacional da Procuradoria-Geral de Justiça, incluída com a Lei nº 15.913, de 28 de julho de 2008, agora com vistas a compatibilizá-la com as diretrizes institucionais advindas do novo Plano Estratégico do Ministério Público do Paraná – Projeto GEMPAR 2018, aprovado em 15.12.2009, que prevê, a par da modernização administrativa, a ampliação, racionalização e otimização da atuação ministerial tanto na esfera judicial quanto na extrajudicial.

Como consignado na exposição de motivos do anteprojeto convertido na supracitada Lei nº 15.913/2008, *"por atribuição constitucional cumpre ao Ministério Público defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, objetivando construir uma sociedade livre, justa e solidária. As múltiplas contingências do cotidiano social têm maximizado a demanda pela intervenção institucional. O despertar da cidadania canaliza para o Ministério Público, especialmente, a justa aspiração das camadas da população mais dependentes da tutela estatal. Dar-lhes respostas céleres e efetivas, em sincronia com seus acalentados anseios, implica uma constante mutação estrutural, uma prospecção por novas metodologias, a intensificação e a diversificação das áreas de atuação".*

Convém assinalar, outrossim, que estudos de readequação organizacional do Ministério Público do Paraná foram iniciados em 27 de agosto de 2004, tendo mais recentemente a Portaria Conjunta nº 001/2008-SUBPLAN/SUBADM, de 12 de dezembro de 2008, instituído Grupo de Trabalho para efetivar a revisão e o ajuste da



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça à nova realidade institucional, cuja conclusão foi apresentada 07 de abril de 2010.

Focalizando os serviços auxiliares surge, assim, a presente proposta como mais uma etapa de um amplo processo de modernização administrativa e funcional que contempla a incorporação de projetos diversos voltados a diferentes e múltiplas atividades.

Registre-se que, conforme cálculos realizados pelo Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE (cf. Informação nº 179/2012), o impacto financeiro mensal na folha de pagamento, que poderá atingir o montante de R\$ 760.015,80 (setecentos e sessenta mil, quinze reais e oitenta centavos), corresponde a um acréscimo de 2,96% (dois vírgula noventa e seis por cento), tendo referida despesa, estimada em R\$ 5.320.110,60 (cinco milhões, trezentos e vinte mil, cento e dez reais e sessenta centavos) para o presente exercício (jun-dez/2012), previsão na Lei Orçamentária Anual (Lei nº 17.012, de 14.12.2011), conforme Informação nº 1.055/12, do Departamento Financeiro - DF.

Por igual, demonstrou o estudo técnico realizado pelo Departamento Financeiro (cf. Informação nº 1.054/12) que o impacto, em percentual, na despesa total com pessoal da Instituição, no presente exercício (mai/dez), será de 0,27% (zero vírgula vinte e sete por cento) em relação à receita corrente líquida, fixando-se com este acréscimo em 1,633% (um vírgula seiscentos e trinta e três, por cento), donde resulta a conclusão de que não ensejará a transposição dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), que para o Ministério Público prevê 2% como limite máximo e 1,90% como limite prudencial.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 29 de maio próximo passado.



DECLARAÇÃO

Declaro, em atendimento ao disposto no art. 16, inciso II, da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000), que a despesa decorrente da criação de 180 (cento e oitenta) cargos de provimento em comissão, assessor de Promotoria, no Quadros dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, objeto do Anteprojeto de Lei encaminhado com o Ofício nº 985/12-GAB, de 1º de junho do ano em curso, apresenta adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011 (Lei Orçamentária Anual), e compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) aprovado pela Lei nº 17.013, de 14.12.2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Curitiba, 1º de junho de 2012.

Gilberto Giacola
Procurador Geral de Justiça



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE RECURSOS HUMANOS
DIVISÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO

DL

PROTOCOLO : 9143/2012
INTERESSADO : SUBPLAN SUBPROC. JUST. PLAN INSTITUCIONAL
ASSUNTO : Cargo Comissionado

INFORMAÇÃO Nº 179/2012

Senhor Subprocurador-Geral de Justiça:

Em atenção ao despacho de fls. 07 e ao contido no Inciso I, do artigo 16, da Lei de Responsabilidade Fiscal, informamos abaixo o quadro demonstrativo do incremento referente ao provimento de 180 (cento e oitenta) cargos de Assessor de Promotor de Justiça, símbolo DAS-5, com 65% (sessenta e cinco por cento) de gratificação pelo exercício de encargos especiais, a partir de 1º de junho de 2012:

CARGO	REMUNERAÇÃO DO CARGO	Nº DE CARGOS	VALOR MENSAL	INCREMENTO			
				JUN-DEZ/2012	13º SAL 2012	2013	2014
Assessor de Promotor de Justiça - DAS-5	4.222,31	180,00	760.015,80	5.320.110,60	443.342,55	9.880.205,40	9.880.205,40
TOTALS				5.320.110,60	443.342,55	9.880.205,40	9.880.205,40

Valores expressos em Reais

Curitiba, 21 de maio de 2012.

Angela Terezinha Meira Farias
Diretora do Departamento de Administração
Financeira de Recursos Humanos

Luiz Carlos Costa
Chefe da Divisão de
Folha de Pagamento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO Nº 1055/12

PROTOCOLO Nº: 9143/12 - MP/PGJ.

ASSUNTO: Provimento de 180 Cargos de Assessor de Promotor de Justiça - DAS 5.

Senhor Subprocurador-Geral:


Informo a Vossa Excelência que existe disponibilidade orçamentária e financeira para atender a despesa, no valor de R\$ 5.763.453,15 (cinco milhões, setecentos e sessenta e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quinze centavos).

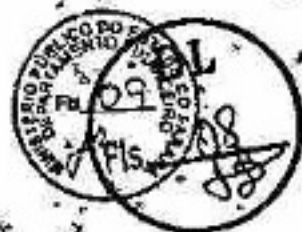
Após autorização, correrá à conta da dotação orçamentária 0901.03091434.010 - Administração dos Serviços do Ministério Público, no subelemento de despesa 3190.1106 - Vencimentos e Vantagens dos Cargos em Comissão - Sem Vínculo.

Informa-se na oportunidade, que despesas com Pessoal e Encargos estão previstas na Lei Orçamentária Anual nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011.

Curitiba, 21 de maio de 2012.


Maria Priscila Mazarotto Thomé
Diretora

Visto: 21/05/12
Orçamentário - 



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO FINANCEIRO

INFORMAÇÃO: Nº 1054/2012

PROTOCOLO: 9133/2012 - MP/PR

ASSUNTO: IMPACTO RELATIVO À DESPESA TOTAL COM PESSOAL, EM FACE DAS DISPOSIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, - PROVIMENTO DE 180 CARGOS DE ASSESSOR DE PROMOTOR - DAS

I - DO LIMITE DE 2%

a) Segundo o artigo 20, inciso II, alínea d, da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a despesa total com pessoal do Ministério Público não poderá exceder o percentual de 2% da Receita Corrente Líquida.

b) De acordo com o artigo 22, parágrafo único, quando a despesa com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite - 1,90% -, são vedados:

I. concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II. criação de cargo, emprego ou função;

III. alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV. provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

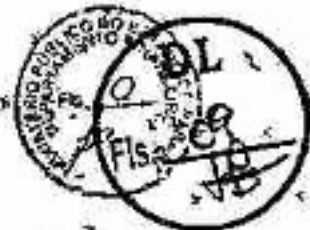
V. contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 de Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

II - DO CÁLCULO DO IMPACTO

a) O Ministério Público elabora a sua folha de pagamento e tem os registros referentes aos gastos com pessoal, tendo sido projetados os valores para o exercício de 2012 com base no orçamento anual. Os montantes da Receita Corrente Líquida foram previstos com acréscimo de 5% (cinco por cento) em relação à do exercício de 2011.

b) A situação para o exercício de 2012, antes do cômputo da despesa em



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DEPARTAMENTO FINANCEIRO

análise, é a seguinte:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Fin.	% da RCL	Deduzida de Pensionistas	% da RCL	Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL
Maio/11 e Abr/12	20.657.569.842	300.205.453	1,455%	294.861.502	1,427%	272.170.099	1,318%
Sep/11 e Ago/12	20.978.700.748	338.906.352	1,615%	334.600.947	1,595%	311.961.821	1,487%
Jan/12 e Dez/12	21.337.552.811	367.694.519	1,723%	365.070.404	1,711%	342.729.314	1,606%

c) O impacto da despesa em questão corresponde a R\$ 760.015,80 mensais para os meses de junho a dezembro/2012, R\$ 443.342,55 para o 13º salário, e R\$ 9.880.205,40 anuais, para os exercícios de 2013 e 2014, conforme quadro a seguir:

Período	RCL	Despesa Realizada					
		Deduzida do Fundo Fin.	% da RCL	Deduzida de Pensionistas	% da RCL	Deduzida do Fundo Prev.	% da RCL
Maio/11 e Abr/12	20.657.569.842	300.205.453	1,455%	294.861.502	1,427%	272.170.099	1,318%
Sep/11 e Ago/12	20.978.700.748	341.186.400	1,626%	336.940.994	1,606%	314.241.868	1,498%
Jan/12 e Dez/12	21.337.552.811	373.457.972	1,750%	370.833.857	1,738%	348.492.767	1,633%

d) Se autorizada, a despesa em questão corresponderá a 0,027% no gasto total com pessoal no exercício de 2012 em relação à Receita Corrente Líquida (prevista para o exercício de 2012) de R\$ 21337.552.811,41.

É a informação:

D.F. 21 de maio de 2012.

Maria Priscila M. Thome

Diretora do Departamento Financeiro



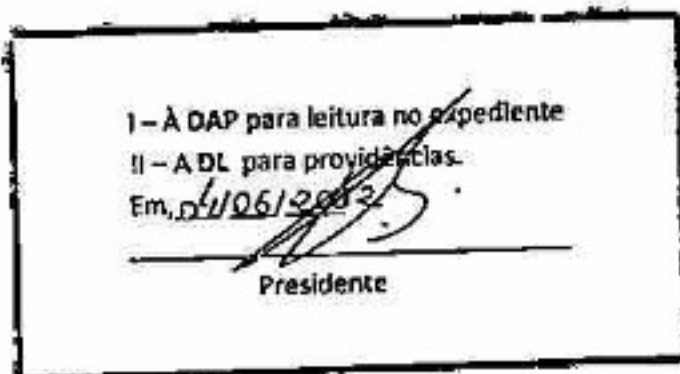
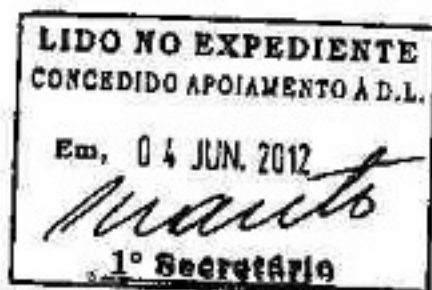
MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 985/12-GAB

Curitiba, 1º de junho de 2012.



Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o incluso *Anteprojeto de lei* que cria cargos de assessor de Promotoria, de provimento em comissão, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa egrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Giacoia

Procurador Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

14136 04/06/2012 083379 MP ASSMPLA LUS19.0112 14 18398



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 244/2012

Projeto de Lei nº 244/2012
Autor: Ministério Público

Súmula: Cria cargos de Assessor de Promotoria, de provimento em comissão, no quadro dos servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

EMENTA: CRIA CARGOS DE ASSESSOR DE PROMOTORIA, DE PROVIMENTO EM COMISSÃO NO QUADRO DOS SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LC 101/00. LC 95/98. LEGAL CONSTITUCIONAL. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público visa criar no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná, 180 (cento e oitenta) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de assessor de promotoria.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33 - A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade da proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33 - A - Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Corrobora deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembléa, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto, A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propos ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

No mesmo sentido, o artigo 127, da Constituição Federal assim dispõe:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além disso, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

II - praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

V - propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 23
[assinatura]

No que se refere à Lei de Responsabilidade Fiscal, o projeto em tela encontra-se sob o amparo constitucional e legal, uma vez que foi devidamente apresentada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro e a declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com o orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, nos termos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101/00:

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar n.º 95/98.




Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

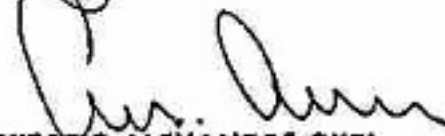
DL
Fls. 24
9

CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de **LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE** opinamos pela sua **APROVAÇÃO**.

Sala das Comissões, 12 de Junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 244/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público – Ofício nº 985/12 e objetiva criar cargos de Assessor de Promotoria de provimento em Comissão, no Quadro dos Servidores do Ministério Público do Estado do Paraná e dá outras providências.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que serão criados 180 (cento e oitenta) cargos de provimento em comissão, símbolo DAS-5, de Assessor de Promotoria.

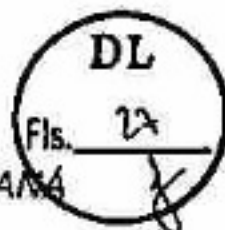
Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do Ministério Público do Estado do Paraná.

Salienta-se ainda, que o proponente da matéria, ressalta que a criação dos referidos cargos, ficam condicionadas à disponibilidade orçamentária e financeira, e demais exigências da Lei Complementar Federal nº 101/00. (Lei de Responsabilidade Fiscal).

De igual modo, o impacto orçamentário-financeiro mensal na folha de pagamento, conforme o Departamento de Administração Financeira de Recursos Humanos – DAFRE (Informação nº 179/2012), poderá atingir o montante de R\$760.015,80 (setecentos e sessenta mil, quinze reais e oitenta centavos), corresponde a um acréscimo de 2,96%, tendo referida despesa, estimada em R\$5.320.110,60 (cinco milhões, trezentos e vinte mil, cento e dez reais e sessenta centavos) para o presente exercício (junho/dezembro/2012), previsão na Lei Orçamentária



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



Anual (Lei nº 17.012, de 14/12/11), conforme Informação nº 1055/2012, do Departamento Financeiro.

Ainda informa, que para o exercício de 2013 e 2014 o valor será de R\$9.880.205,40 (nove milhões, oitocentos e oitenta mil, duzentos e cinco reais e quarenta centavos), constante também da Informação nº 179/2012, acima referida.

Destaque-se ainda, que a proposta vem acompanhada da Declaração do Senhor Gilberto Giacola, Procurador Geral de Justiça, informando que a mesma apresenta adequação orçamentária e financeira com o Orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná para o exercício de 2012, aprovado pela Lei nº 17.012, de 14 de dezembro de 2011-LOA, e compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA, aprovado pela Lei nº 17.013, de 14 de dezembro de 2011 e com as diretrizes orçamentárias aprovadas pela Lei nº 16.889, de 02 de agosto de 2011 (LDO).

Assim sendo, esta Relatoria nada encontrou, que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 18/06/12

DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE

DEPUTADO MARIA TURACK
RELATORA



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

DL
Fls. 02

~~PROJETO~~ PROJETO DE LEI Nº

246/12

Súmula: Dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná na forma que especifica.

Art. 1º. Fica criado no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná o Fundo Rotativo, que terá como gestor o Procurador-Geral de Justiça.

Art. 2º. O Fundo Rotativo será composto pelas transferências de recursos financeiros do orçamento do Ministério Público do Estado do Paraná, destinadas à manutenção, pequenos reparos, aquisição de material de consumo e outros gastos correntes de cada comarca.

§ 1º. Ficam vedadas quaisquer despesas de capital, com diárias e com pessoal.

§ 2º. As despesas realizadas estarão sujeitas às normas da Lei nº 8.666/1993, Lei Estadual nº 15.608/2007, Lei nº 4.320/1964 e Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º. Os recursos do Fundo Rotativo, no âmbito de cada comarca, serão administrados e supervisionados pelo Promotor de Justiça/Coordenador Administrativo.

Art. 4º. Os recursos do Fundo serão mantidos em conta corrente única específica e permanente de cada comarca, junto ao banco oficial responsável pela movimentação das contas do Ministério Público do Estado do Paraná.

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça baixará ato disciplinando as aplicações financeiras e seus rendimentos.

Art. 5º. A prestação de contas dos recursos alocados no Fundo Rotativo deverá ser encaminhada aos departamentos competentes do Ministério Público do Estado do Paraná para análise quanto à execução das despesas.

Parágrafo único. As normas e os prazos para prestação de contas de que trata este artigo, observado o estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, serão fixados no regulamento da presente lei.

Art. 6º. O Ministério Público do Estado do Paraná prestará contas dos recursos alocados no Fundo Rotativo ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na forma e prazos legais.

Art. 7º. A presente lei será regulamentada por Resolução.

Art. 8º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



JUSTIFICATIVA

O presente Anteprojeto propõe a criação do 'Fundo Rotativo no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná (art. 1º).

Trata-se de sistema de descentralização administrativa e financeira, destinado a conferir celeridade no repasse de recursos às Promotorias de Justiça das comarcas do interior do Estado do Paraná, com objetivo de desburocratizar a realização de despesas com manutenção, pequenos reparos, aquisição de material de consumo e outras relacionadas às atividades do Ministério Público do Estado do Paraná.

Caberá ao Promotor de Justiça/Coordenador Administrativo administrar e supervisionar os recursos liberados. Anota-se que a prestação de contas dos recursos alocados no Fundo deverá ser efetuada por seu Administrador, com vistas a possibilitar a análise de sua regularidade pelos Departamentos competentes do Ministério Público do Estado do Paraná e pelo Tribunal de Contas do Estado.

Impende ressaltar que a realização das despesas deve obedecer ao disposto na Lei nº 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública), Lei Estadual nº 15.608/2007 (Estabelece Normas sobre Licitações, Contratos Administrativos e Convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná), Lei nº 4.320/1964 (Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e Controle dos Orçamentos e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal) e Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Salienta-se, ainda, que, a princípio, possuirão Fundo Rotativo as comarcas de entrância final, à exceção da comarca de Curitiba.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



A forma de liberação dos recursos (números de repasses por ano), a movimentação destes (para cada comarca do referido Fundo haverá uma conta corrente específica), a movimentação bancária (modo de realização dos pagamentos) e a retenção e recolhimento de impostos e contribuições serão regulamentadas por Resolução.

Nestas condições e em consonância com o disposto no art. 23, Inciso I, da Lei Complementar Estadual nº 85/99 (Lei Orgânica e Estatuto do Ministério Público do Estado do Paraná) foi a proposta submetida e aprovada, por unanimidade, pelo Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão realizada no dia 29 de maio próximo passado.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná



Ofício nº 992/2012-GAB

Curitiba, 1º de junho de 2012.

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em, 04 JUN. 2012
[Signature]
1º Secretário

I - À DAP para leitura no expediente
II - À D.L. para providências.
Em, 04/06/2012
[Signature]
Presidente

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, honra-me submeter à apreciação dessa Augusta Casa de Leis, por intermédio de Vossa Excelência, o Anteprojeto de Lei que dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná.

Na certeza de que a proposição merecerá dessa agrégia Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, renovo a Vossa Excelência as expressões de consideração e respeito.

Gilberto Glacola
Procurador-Geral de Justiça

Ao Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Nesta Capital

1426 84/06/2012 083381 DP ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI 246/12

Projeto de Lei nº 246/12
Autor: Ministério Público

Súmula: Dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná na forma que especifica.

EMENTA: CRIAÇÃO DO FUNDO ROTATIVO NO ÂMBITO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ. POSSIBILIDADE. LEGITIMIDADE AFERIDA. ARTIGO 3º DA LEI FEDERAL 8.625/93. ARTIGO 127 DA CF. ARTIGOS 65 E 114 DA CE. LEGALIDADE. CONSTITUCIONALIDADE. PARECER PELA APROVAÇÃO.

PREÂMBULO

O presente Projeto de Lei, de autoria do Ministério Público dispõe sobre a criação do Fundo Rotativo no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A, I do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL

14

8

constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto a sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Destarte, cumpre salientar que a Constituição do Estado do Paraná determina que a iniciativa das leis ordinárias cabe ao Ministério Público, vejamos:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

Corroborando deste entendimento o artigo 124 do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 124 A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

DL
Fls. 15
K

Ainda, acerca da competência para a propositura do presente projeto. A Constituição do Estado do Paraná, no artigo 114 determina:

Art. 114. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2º. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira. (grifos nossos)

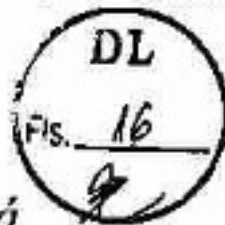
Ainda, a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece as mesmas normas em seu artigo 127:

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1º. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento. (grifos nossos)

Além do mais, a Lei Federal 8.625 de 12 de fevereiro de 1993, que institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, aduz que:

Art. 3º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I - praticar atos próprios de gestão;

(...)

IX - organizar suas secretarias e os serviços auxiliares das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

Desta forma, fica clara a competência de que Ministério Público detém para propor o presente projeto de lei.

Por fim, no que tange à elaboração legislativa, o projeto em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº. 95/98.



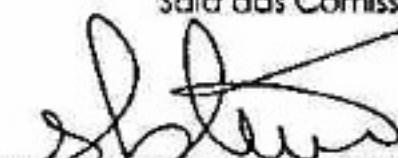
Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

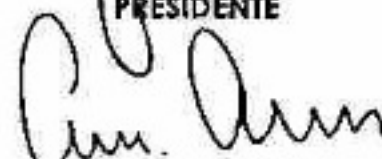


CONCLUSÃO

Diante do exposto, tendo em vista que o presente projeto encontra-se revestido de LEGALIDADE E CONSTITUCIONALIDADE opinamos pela sua APROVAÇÃO.

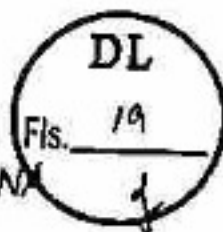
Sala das Comissões, 12 de junho de 2012.


DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE


DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 246/12

O Projeto de Lei em análise é oriundo do Ministério Público – Ofício nº 992/12 e objetiva criar o Fundo Rotativo no âmbito do Ministério Público do Estado do Paraná, na forma que especifica.

Preliminarmente constatamos que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexandre Curi e após sua análise constitucional exarou o devido parecer favorável.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a observar que o

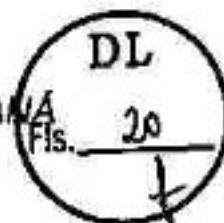
Observamos que a proposta encontra-se justificada, tendo em vista, que as despesas decorrentes desta Lei, conforme enforma o próprio autor, deverão obedecer aos preceitos contidos na Lei nº 8666/93 – Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública, Lei Estadual nº 15.608/07 – Estabelece Normas sobre Licitações, Contratos Administrativos e Convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, Lei nº 4.320/64 – Normas Gerais de Direito Financeiro para Elaboração e controle dos Orçamento e Balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal e por último da Lei Complementar Federal nº 101/00 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Salienta-se ainda, que o proponente da matéria, detém a competência para iniciar leis dessa natureza, conforme estabelece o art. 65 da Constituição do Estado do Paraná. Na mesma esteira segue o art. 114, do mesmo diploma legal, estabelecendo que o Ministério Público tem a competência para a propositura do presente projeto de lei.

Desta forma, nada encontramos que possa impedir a normal tramitação processual legislativa, manifestando assim, o devido parecer FAVORÁVEL.




ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



É o parecer.

Sala das Comissões, 18/06/12


DEPUTADO ADEMIR BIER
PRESIDENTE


DEPUTADA MARLA TURECK
RELATORA

PROJETO DE LEI nº 269/12

Súmula: Introduz as alterações que especifica, na Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, que autoriza o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, conforme especifica.

Art. 1º. O artigo 3º da Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. Nas situações em que o apoio financeiro for concedido na forma de financiamento, o Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE poderá utilizar seus recursos observando os seguintes encargos:

I – Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, acrescido de, pelo menos, 1,9% (um por cento e nove décimos) ao ano;

II – Encargos por inadimplemento financeiro e não financeiro: de acordo com o disposto em “Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES”, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10/12/1987 e alterações posteriores;

III – Multa de adjuízo: na hipótese de cobrança judicial da dívida, o beneficiário pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data da propositura da medida judicial de cobrança.

§ 1º. O prazo máximo para pagamento do financiamento será de 15 (quinze) anos, incluído o período de carência de até 3 (três) anos.”

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

I - À DAP para leitura no expediente

II - À DL para providências.

Em, 18/06/2012

Presidente

Curitiba, 14 de junho de 2012



MENSAGEM N.º 30 /12

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para apreciação dessa Assembleia Legislativa, o incluso Anteprojeto de Lei que introduz alterações na Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, conforme as justificativas abaixo apresentadas.

Considerando que a Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, autoriza o Estado do Paraná a financiar projeto de Interesse público e coletivo, com vistas a realização da Copa das Confederações e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, envolvendo obras de infraestrutura, viárias, de melhoria, de ampliação e reforma do estádio Joaquim Américo, com propósito de realizar a Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

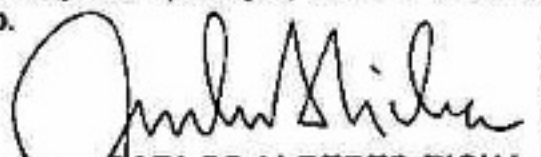
Considerando que em novembro de 2011 o orçamento definitivo do Estádio totalizou o valor de R\$ 184.600.000,00 (cento e oitenta e quatro milhões e seiscentos mil reais), o Estado do Paraná concluiu que a forma de investimento mais adequada seria através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES por meio da linha de financiamento PROCOPA ARENAS.

Assim, propõe-se a alteração da Lei nº 16.733/2010 com o propósito de ajustar as condições de taxa de juros, encargos por inadimplemento, multa de ajuizamento e prazo máximo àquelas estipuladas para o Programa PROCOPA ARENAS do BNDES.

Com essa medida de alteração da Lei nº 16.733 de 2010, o Governo do Paraná realiza a adequação necessária para que não haja descompasso com as normas legais e com os princípios que devem nortear a Administração Pública, mantendo o devido equilíbrio financeiro em operações de crédito do FDE.

Por fim, tendo em vista a natureza da matéria, solicito que a mesma seja apreciada em regime de urgência, na forma do § 1º do art. 56 da Constituição Estadual.

Certo de que a medida merecerá dessa Assembleia Legislativa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência meus protestos de apreço e consideração.


CARLOS ALBERTO RICHÁ
GOVERNADOR DO ESTADO

LIDO NO EXPEDIENTE
CONCEDIDO APOIAMENTO À D.L.
Em 18 JUN 2012
1º Secretário

Excelentíssimo Senhor
Deputado VALDIR ROSSONI
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
CURITIBA - PR
Protocolo n.º 11.355.152-8

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n.º | Centro Cívico | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350-2600 | Fax: (41) 3252-2381 | 3254-7345 | 3254-4299 | www.pr.gov.br

Palácio Iguaçu | Praça Nossa Senhora de Salette, s/n.º | 80530-909 | Curitiba | Paraná | Brasil
Fone: (41) 3350 2800 | Fax: (41) 3254 7345 | www.pr.gov.br

15-07-18-06-2012 09:36:53 Nº CURITIBA LEGISLATIVA Nº 30/12



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 269/12

Projeto de Lei nº. 269/12

Autor: Poder Executivo – Mensagem nº. 030/12

Súmula: Introdúz as alterações que especifica, na Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, que autoriza o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, conforme especifica.

EMENTA: INTRODUZ AS ALTERAÇÕES QUE ESPECIFICA, NA LEI Nº 16.733, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2010, QUE AUTORIZA O TESOIRO DO ESTADO, POR INTERMÉDIO DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – FDE, A APOIAR FINANCEIRAMENTE PROJETO DE INTERESSE PÚBLICO E COLETIVO, COM VISTAS À REALIZAÇÃO DA COPA DAS CONFEDERAÇÕES DE 2013 E DA COPA DO MUNDO DE FUTEBOL FIFA 2014. POSSIBILIDADE, LEGITIMIDADE AFERIDA. ART. 217 CF. ARTS. 65 E 87 DA CE. ARTS. 40, 43 E 46 DA LEI FEDERAL 4.320/64. ARTS. 29, 33-A, 124 E 137 REGIMENTO INTERNO ALEP. CONSTITUCIONAL PARECER PELA APROVAÇÃO NA FORMA DA EMENDA MODIFICATIVA EM ANEXO.

PREÂMBULO

O Projeto de Lei de autoria do Poder Executivo tem como escopo introduzir as alterações que especifica, na Lei Estadual nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, que autoriza o Tesouro do Estado, por



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

Com essa medida de alteração da Lei estadual nº 16.733 de 2010, o Governo do Paraná realiza a adequação necessária para que não haja desconexão com as normas legais e com os princípios que devem nortear a Administração Pública, mantendo o devido equilíbrio financeiro em operações de crédito do FDE.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, compete à Comissão de Constituição e Justiça, em consonância ao disposto no artigo 33-A do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, verificar a constitucionalidade, legalidade, legitimidade do proponente, bem como a técnica legislativa ora utilizada:

Art. 33-A Cabe à Comissão de Constituição e Justiça:

I - emitir parecer sobre as proposições quanto à sua constitucionalidade, legalidade, juridicidade, adequação regimental e caráter estrutural, em face do que dispõe a Lei Complementar Federal no 95, de 26 de fevereiro de 1998 e alterações posteriores.

Sobre a iniciativa de Projetos de Lei, dispõe o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer membro da Assembleia, ao Governador, dos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação.

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou Comissão. (grifos nossos)

Ainda, sobre a iniciativa das Leis, oportuno observar a Constituição do Estado do Paraná, em seu art. 65:

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifos nossos)

Em seu artigo 87, a Constituição do Estado do Paraná elenca as competências privativas do Governador do Estado. Vejamos:

Art. 87. Compete privativamente ao Governador:
(...)

III - exercer, com o auxílio dos Secretários de Estado, a direção superior da administração estadual;

IV - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



O Desta forma, é clarívidente que cabe tão somente à pessoa do Governador de Estado exercer a direção superior da Administração Estadual, ou seja, autorizar o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a apolar, financeiramente, projetos de interesse público e coletivo com vistas à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de 2014.

A Constituição Federal dispõe que é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais:

Art. 217. É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

(...)

O II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

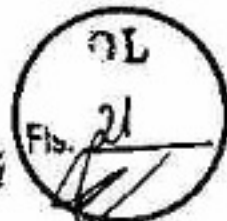
O III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

O IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

O A Lei federal nº 4.320 de 1964, que institui normas gerais de Direito Financeiro, para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal, assim dispõe acerca da operação de crédito:



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



Art. 40. São créditos adicionais, as autorizações de despesa não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei;

IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao poder executivo realizá-las.

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível (grifos nossos)

No entanto, com o objetivo de proporcionar uma melhor técnica legislativa ao Projeto de Lei ora em tela, propõe-se a seguinte emenda modificativa, nos termos do artigo 29, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná:

Art. 29. A Assembléia, depois de eleita a Mesa, organizará as comissões permanentes, dentro de quinze dias.



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



§ 1º As comissões permanentes, na respectiva área de atuação, compete entre outras:

III - apresentar substitutivos, emendas e subemendas.
(grifos nossos)

Neste sentido, dispõe o art. 137, §4º do Regimento Interno desta Casa de Leis:

Art. 137. As emendas são supressivas, substitutivas, aditivas ou modificativas.

§ 4º Emenda modificativa é a proposição que altera outra mas não descaracteriza sua essência.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela **APROVAÇÃO** do presente Projeto de Lei, por estarem presentes todos os requisitos Constitucionais, legais e de técnica legislativa, na forma da **EMENDA MODIFICATIVA** em anexo.

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS

PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI

RELATOR

CEAR

ALGER MORA



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça



EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 269/2012

De acordo com o que determinam os artigos 29 e 137, § 4º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, fica modificada a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 269/12, o qual passa a contar com a seguinte redação:

Art. 1º. Ficam alterados o caput do artigo 3º, seus incisos I, II e III, bem como o § 1º, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º. Nas situações em que o apoio financeiro for concedido na forma de financiamento, o Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE poderá utilizar seus recursos observando os seguintes encargos:

I - Juros: Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, acrescido de, pelo menos, 1,9% (um por cento e nove décimos) ao ano;

II - Encargos por inadimplemento financeiro e não financeiro: de acordo com o disposto em "Disposições Aplicáveis aos Contratos do BNDES", aprovadas pela Resolução nº 665, de 10/12/1987 e alterações posteriores;

III - Multa de ajuizamento: na hipótese de cobrança judicial da dívida, o beneficiário pagará multa de 10% (dez por cento) sobre



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury
Comissão de Constituição e Justiça

7L
24
Fis. 24

o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data da propositura da medida judicial de cobrança.

§ 1º. O prazo máximo para pagamento do financiamento será de 15 (quinze) anos, incluído o período de carência de até 3 (três) anos."

Sala das Comissões, 19 de junho de 2012.

DEPUTADO NELSON JUSTUS
PRESIDENTE

DEPUTADO ALEXANDRE CURI
RELATOR

vebon lussen

TRAIANO

HERNAN

CESAK

ALDO MARIN

PEDRO LUIZ

ALEXANDRE CURI

APROVADO
Unanimidade
19.06



1

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 269/12

O presente parecer tem o cunho de, sob a ótica financeira, cumprir a competência determinada pelo artigo 33-B, do Regimento Interno, examinando a Proposição de autoria do Poder Executivo – Mensagem nº 026/12 que objetiva Introduzir as alterações na Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, que autoriza o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014, conforme específica.

Preliminarmente denota-se que a iniciativa foi encaminhada a douta Comissão de Constituição e Justiça que por meio do Relator Senhor Deputado Alexanadre Curi e após sua análise constitucional e regimental exarou o competente parecer favorável com emenda.

Procedida a análise da Proposição, sob a ótica desta Comissão de Finanças, cumprindo as obrigações impostas pelo §1º, do artigo 29, § 2º do artigo 30 e artigo 33-B, todos do Egrégio Regimento Interno desta Assembleia Parlamentar, temos a enaltecer a iniciativa, nada encontrando que possa obstar a normal tramitação processual legislativa.

Observe-se também, que o objeto do Projeto em tela, está em consonância com a Constituição Federal, que em seu art. 217, ressalta que é dever do Estado fomentar práticas desportivas.

De igual modo, constata-se que a Constituição do Estado em seu art. 65 e 87, ressalta que a iniciativa privativa de matérias dessa natureza é do Governador do Estado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
2ª Sessão Legislativa – 17ª Legislatura
Comissão de Finanças

DL
Fls. 27


Denota-se ainda, que a matéria objeto do presente Projeto de Lei, não fere a Lei Complementar Federal nº 101/00, e, obedece aos ditâmes da Lei Orçamentária Federal nº 4320/64.

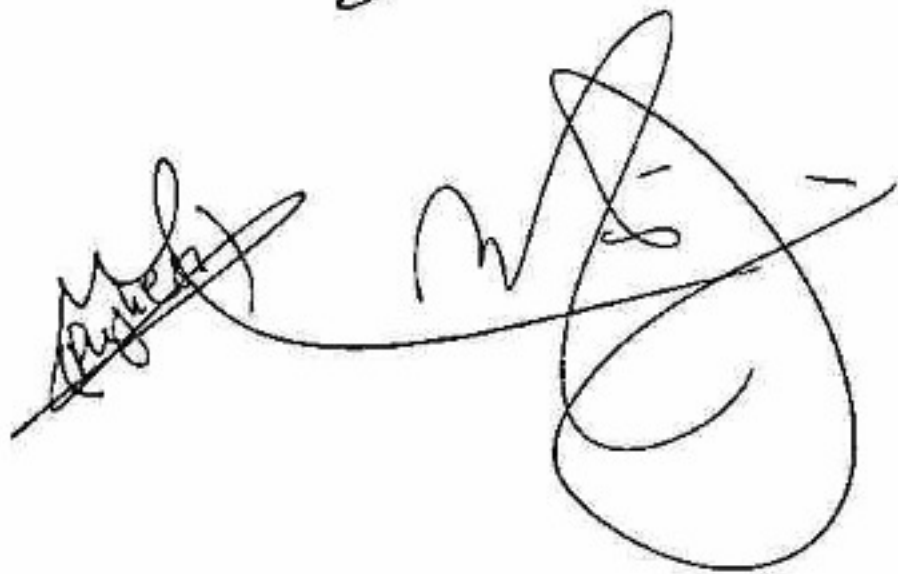
Isto posto, nada encontramos que possa obstaculizar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Léis, manifestando assim, o devido parecer **FAVORÁVEL**.

É o parecer.

Sala das Comissões, 19/06/12


DEPUTADO FRANCISCO BUHRER
PRESIDENTE


DEPUTADO ADEMIR BIER
RELATOR





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury



PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 269/12
COMISSÃO DE ESPORTES

Com fulcro no disposto no art. 33-S do Regimento Interno desta Casa, esta Comissão de Esportes vem exarar seu parecer acerca do Projeto de Lei 269/12, oriundo da Mensagem Governamental 030/12.

O projeto em tela visa introduzir alterações que especifica, na Lei nº 16.733, de 27 de dezembro de 2010, que autoriza o Tesouro do Estado, por intermédio do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, a apoiar financeiramente projeto de interesse público e coletivo, com vistas à realização da Copa das Confederações de 2013 e da Copa do Mundo de Futebol FIFA 2014.

Tendo em vista que em novembro de 2011 o orçamento definitivo do Estádio totalizou o valor de R\$ 184.600,000,00 (cento e oitenta e quatro milhões e seiscentos mil reais) o Estado do Paraná concluiu que a forma de investimento mais adequada seria o financiamento da PROCOPA ARENAS, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, necessitando assim aferir a autorização legislativa para garantir tal empréstimo, objeto este do Projeto de Lei.

Pelo exposto, e em virtude da necessidade imperiosa de aprovação do presente projeto com vistas a execução de obras para a Copa do Mundo 2014 em nosso Estado, esta comissão emite seu parecer favorável a presente proposta.

Sala das Sessões, 19 de Junho de 2012.

Deputado Estadual
Relator
Dra. Gilmara

NEI LEYRENT
PRESIDENTE